



UNIDADE REGIONAL COLEGIADA JEQUITINHONHA
Transcrição da 98ª reunião, realizada em 17 de fevereiro de 2016

1 Em 17 de fevereiro de 2016, reuniu-se extraordinariamente a Unidade
2 Regional Colegiada Jequitinhonha (URC Jequitinhonha) do Conselho
3 Estadual de Política Ambiental (COPAM), no auditório da Secretaria Regional
4 de Saúde de Diamantina, Minas Gerais. Participaram os seguintes membros
5 titulares e suplentes: o presidente Aramis Mameluque Mota, representante
6 da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
7 (SEMAD). Representantes do poder público: Wagner Vicente Rodrigues de
8 Almeida, da Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento
9 (Seapa); Tamara Marques Veríssimo, da Secretaria de Estado de Integração
10 e Desenvolvimento do Norte e Nordeste de Minas Gerais (Sedinor); Vilson
11 José de Amorim, da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional,
12 Política Urbana e Gestão Metropolitana (Sedru); Genilson Ferreira da Silva,
13 da Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas (Setop);
14 Washington de Miranda Melo, da Polícia Militar de Minas Gerais (PMMG);
15 Henrique Moreira de Melo Silva, da Procuradoria-Geral de Justiça (PGJ);
16 Sérgio Cavalcanti Gonçalves, da Prefeitura Municipal de Mariana.
17 Representantes da sociedade civil: Denise Bernardes Couto, da Federação
18 das Indústrias do Estado de Minas Gerais (Fiemg); José Otoni Alves
19 Campos, da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Minas Gerais
20 (Faemg); José Antônio de Andrade, da Federação dos Trabalhadores na
21 Agricultura do Estado de Minas Gerais (Fetaemg); Jane Oliveira Lima, da
22 Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental (Abes); Alex
23 Fabiano Silva, do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas
24 Gerais (Crea-MG); Alex Mendes Santos, da ONG Caminhos da Serra
25 Ambiente, Educação e Cidadania; Talles Guedes de Matos, da Sociedade
26 Amigos do Tabuleiro; Andreza Lemos Meira, da Universidade do Estado de
27 Minas Gerais (Uemg). Assuntos em pauta. **1) EXECUÇÃO DO HINO**
28 **NACIONAL BRASILEIRO.** Executado o Hino Nacional Brasileiro. **2)**
29 **ABERTURA.** Presidente Aramis Mameluque Mota: “Eu quero desejar a todos
30 um bom ano de 2016, que está começando, apesar das incertezas sobre a
31 reformulação do Sisema, como funcionará. Nós ainda não temos uma
32 certeza, e há muitas dúvidas. Hoje mesmo o sargento Miranda estava
33 procurando alguma informação, mas nós realmente ainda estamos
34 aguardando os decretos. E pode ser que haja mudanças ainda de como será
35 o novo formato. Nós esperávamos até que continuasse, como falei hoje de
36 manhã, a importância do Conselho, de nós dividirmos as responsabilidades.
37 Sempre com o debate mais amplo surgem novas informações, muitas vezes,

38 dos próprios conselheiros. Então seria muito importante, eu acho que assim
39 é muito bem consolidado este formato dos licenciamentos. Então nós
40 esperamos que não mude tanto. Mas parece que a previsão não é essa. Eu
41 queria informar aos senhores que parece que foi deliberado já há uns dois
42 meses, e isso não foi muito divulgado, e aqui parece, inclusive, que não foi.
43 Em Montes Claros foi uma surpresa para nós na reunião passada. A
44 informação de que o presidente da URC, no caso, também tem que votar
45 junto com os conselheiros. Obviamente, se houver um empate, ele também
46 tem um voto do desempate. Eu já vou deixar aqui manifestado o meu voto,
47 que sempre será com o parecer da Supram, até pelo fato de o órgão fazer o
48 trabalho com competência e sempre respaldado em lei. Nem sempre o que é
49 legal às vezes é justo ou às vezes é moral, tem coisas com que às vezes nós
50 não concordamos, mas é legal, e nós não achamos nem justo. Então eu vou
51 deixar claro já o meu voto para que não haja dúvida: eu vou estar sempre
52 votando com o parecer da Supram. E aí, havendo empate, o presidente
53 também terá o voto de desempate.” **3) COMUNICADOS DOS**
54 **CONSELHEIROS E ASSUNTOS GERAIS.** Conselheiro José Otoni Alves
55 Campos: “Um 2016 cheio de saúde e paz para todos nós. E nós nos
56 sentimos até meio preocupados, porque nós vamos tratar aqui de três casos.
57 Primeiro, a Cemig. Sabemos que nós temos um cronograma, está correndo.
58 Nesta Casa ficou decidido que o pessoal de Araçuaí faria parte da comissão,
59 e até hoje nós não fomos procurados por ninguém. Isso nos deixa bastante
60 tristes, porque o empreendedor particular é obrigado a cumprir todas as suas
61 obrigações, e quando é o caso da Cemig e da Copasa, no caso de Araçuaí,
62 não vêm cumprindo. Nós gostaríamos de saber até mesmo antes que estão
63 anunciando o pior, que nós pudéssemos saber, para tomarmos uma decisão
64 com a Cemig lá em Araçuaí. Na oportunidade, nós falamos que a Cemig
65 estava recebendo prêmio em Paris, e foi falado do prêmio que ela precisava
66 receber em Araçuaí, qual o prêmio que ela deveria receber em Araçuaí, uma
67 vez que ela tolheu todos os produtores da margem esquerda do
68 Jequitinhonha, aonde começou a cidade, do direito de ir e vir. Então nós
69 ficamos preocupados porque passou por esta Casa, e de repente podemos
70 ver isso tudo não acontecendo. Outra coisa que nos preocupa muito, senhor
71 presidente, é o empreendimento. A Cemig agora está fazendo uma rede.
72 Aliás, o governador foi a Araçuaí anunciar dois grandes empreendimentos,
73 assinar dois grandes convênios. Um foi de R\$ 39 milhões, aproximadamente,
74 R\$ 40 milhões, que seria da rede de Araçuaí para Salinas, para fortalecer a
75 energia de Salinas. No entanto, esse processo não passou aqui. E a
76 pergunta que nós tivemos foi que, uma vez que seria na maior parte do
77 município – e talvez você possa nos dar informação – e entrou para Montes
78 Claros. Agora, o canteiro de obras está em Araçuaí, 70 km estão dentro da
79 Supram Jequitinhonha, em Diamantina, e apenas 30 km estão na Supram de
80 Montes Claros. No entanto, esse projeto passou para lá. Então nós

81 gostaríamos de saber como está, porque há reclamação geral do andamento
82 dessa rede lá. E, voltando à ponte, isso nos preocupa muito, porque nós
83 estamos vendo a situação como está; funcionário da Cemig entrando de
84 greve, e a Cemig anunciando alto valor de lucro. Então nós temos que
85 resolver essa situação. Passou por aqui. Eu não sei, se vier a acabar com o
86 Conselho, como vão ficar essas pendências, essas condicionantes que
87 existem, não só em Araçuaí. No caso do Zé Antônio, tem várias
88 condicionantes – e até mesmo de Irapé – que estão pendentes. Outra coisa
89 é o seguinte: eu vou aproveitar, Henrique, para dar os parabéns para o
90 doutor Felipe, porque parece que o doutor Felipe nos abandonou. Não que
91 você não o substitua à altura, mas nós temos assistido várias entrevistas
92 dele em Barbacena, e ele sumiu. E nós ficamos preocupados porque, na
93 última reunião que nós tivemos juntos, ficou decidido que eu iria procurar a
94 promotora em Araçuaí – o que eu fiz –, e ela ficou de se encontrar com o
95 doutor Felipe para nós vermos uma solução. Eu procurei, ela falou que se
96 encontrou com ele, mas até hoje eu não sei de nada. É referente à rede de
97 esgoto do município de Araçuaí. Porque todas as elevatórias da Copasa
98 estão dentro da APP, e todas as elevatórias estavam debaixo d'água neste
99 início de ano. Então nós não sabemos como estão fazendo. Ninguém pode
100 tomar banho a jusante da cidade, devido ao esgoto que está sendo lançado
101 lá. Eu já tenho falado isso aqui repetidamente. Em várias vezes nós falamos
102 isso aqui, e até hoje não foi tomada decisão nenhuma. No último encontro
103 que nós tivemos com o doutor Felipe, ele pediu que nós entrássemos em
104 contato com a promotora. Ela disse: 'Eu vou ter um encontro com o doutor
105 Felipe, e nós vamos ver o que a gente faz'. Outra coisa é referente ao nosso
106 escritório em Araçuaí. Lá nós só estamos tendo multa, o pessoal não quer
107 ficar inadimplente referente à parte ambiental, mas é totalmente inviável vir a
108 Diamantina resolver essa parte, muitas vezes. Só para vocês terem ideia, eu
109 saí de Araçuaí hoje às 7h da manhã, e cheguei aqui quase 1h da tarde.
110 Chegando, vim direito para cá. Pelas condições das estradas. Então nós
111 ficamos preocupados porque eu já vim para Diamantina de terra, e gastava
112 menos temos que hoje no asfalto. Porque um asfalto cheio de buraco é pior
113 do que uma estrada de terra. Então nós ficamos preocupados com isso.
114 Você esteve em Araçuaí, visitou o local – o local está disponível –, e nós
115 ficamos preocupados com essa falta de condições para que os nossos
116 produtores, principalmente o agricultor familiar, possam vir adotar nas suas
117 licenças, nas suas condições, para tocar o seu empreendimento. Pequeno
118 que seja, e por incrível que pareça, quanto menor o empreendimento, menor
119 a propriedade, é esse produtor que quer andar em dia; e ele não está tendo
120 condição de andar em dia. Uma vez que o nosso escritório, volto a falar, é
121 em Medina. Para ir a Medina de ônibus, são três dias de viagem, porque não
122 tem ônibus direto. Tem que descer na BR-116, andar 2 km até chegar ao
123 escritório. Então vocês sabem das condições como são. Nós já vimos

124 pedindo e não queremos chegar ao extremo de tomar decisões que não são
125 do nosso costume. Outra coisa é o seguinte: nós ficamos preocupados, e eu
126 falei na última reunião e volto a falar agora. Na última reunião, eu falei que,
127 15 dias antes do rompimento da barragem de Mariana, estive em Araçuaí
128 uma delegada com três viaturas policiais multando quem tinha passarinho.
129 Nós fizemos recursos, mas para todos foram feitos BOs. E nesta semana
130 cinco pessoas, dessas que foram multadas, foram intimadas pelo juiz,
131 pessoas que nunca foram diante de um juiz, que tremem. Resultado: saíram
132 de lá para pagar um salário e meio, dois salários, pela multa. Eu não pagaria,
133 porque no laudo de apreensão foi falado que aqueles pássaros seriam
134 encaminhados para Belo Horizonte. Então é um negócio que nos preocupa
135 porque meio ambiente é meio ambiente. Então, se é para soltar, vamos
136 soltar aonde eles nasceram. Agora, pegar um pássaro em Araçuaí e levar
137 para Belo Horizonte? Isso aconteceu em Araçuaí, e, se quiserem, eu trago
138 cópia para mostrar, porque não é do nosso princípio fazer coisa errada.
139 Agora, outra coisa, Zé Antônio: nós ficamos preocupados porque vem aí o
140 CAR, o Cadastro Ambiental Rural. O prazo está chegando, é 6 de maio, e
141 nós temos que fazer. Agora, a nossa preocupação: eu não sou contra a
142 barragem, senhor presidente, mas eu gostaria que esta Regional fizesse
143 uma fiscalização lá em Araçuaí para ver o Jequitinhonha e o Araçuaí. Na
144 barragem de Irapé, a jusante, não aconteceu nada. Hoje qualquer peixe pode
145 pastar, o mato está rente com a água. Agora, no rio Araçuaí, oito metros
146 foram totalmente destruídos. Então nós ficamos até preocupados. No CAR,
147 nós somos obrigados a manter a nossa área de preservação. Eu andei
148 plantando lá umas 200 mudas, mesmo antes de ser obrigado, e não sobrou
149 uma, porque a areia que desceu, o que o rio Araçuaí fez quase na margem
150 lá, foi um negócio impressionante. Tanto que neste ano ele pegou o leito do
151 Jequitinhonha, da barragem vazia, e o Araçuaí subiu 10 km no rio
152 Jequitinhonha. O Araçuaí achou o Jequitinhonha vazio e subiu. Então isso
153 nos preocupa muito porque nós sabemos que a Aneel, há uns cinco anos,
154 autorizou cinco barragens no rio Araçuaí. Onde em Turmalina vai inundar
155 praticamente de 14 a 15 mil hectares. E a nossa preocupação é porque se
156 não fizerem essa barragem o rio vai secar, porque quem chegar lá vai ver o
157 rio, e qualquer menino atravessa hoje andando. E no dia 18 de janeiro ele
158 passou a 8 metros acima do que está hoje. Então imaginem a quantidade de
159 água que foi embora e que poderia estar segura. Somos nós que estamos lá
160 vivendo a situação. Eu não sei se tem algum biólogo aqui, quem cuida de
161 peixe, mas isso nos preocupa muito. Porque estive lá o pessoal da
162 Universidade Federal, que faz um trabalho em Irapé. Contratou um pescador
163 e não conseguiu pegar, em três dias, um peixe no rio Araçuaí. Nessa
164 enchente, pessoas pegaram peixes lá até de mão. Faltou tanto oxigênio que
165 os peixes estavam todos a 20 cm, 30 cm, e pegaram peixe lá de 12 kg, 15
166 kg; pintado, curimatã de 3,5 kg, 4 kg. Sendo que há 60 dias a bióloga não

167 conseguiu pegar um peixe. Então eu não sei o que aconteceu. Eu tenho
168 notícias lá de pessoas que mataram, com pau, 100 peixes, pela quantidade
169 de peixes que teve lá nessa enchente. Nós fazemos parte da Supram, e é a
170 nossa preocupação, porque eu não sei o que aconteceu. De repente, não
171 pega nenhum, e chove tanto que pegou essa quantidade. Daqui a Araçuaí
172 são 320 km, e se gasta quase oito horas de viagem. E nós temos que chegar
173 aqui e falar a verdade do que está acontecendo lá na parte ambiental. Essa é
174 a nossa preocupação. Eu tenho 67 anos, e 45 anos de Araçuaí, como
175 técnico, e estou sentindo o que vou fazer: eu vou ser obrigado a reflorestar a
176 margem do rio Araçuaí? Alguém vai ter que me ensinar como fazer, porque o
177 que eu fiz no ano passado a enchente chegou agora e levou tudo. Então é a
178 nossa preocupação, e nós ficamos preocupados porque vai haver a
179 mudança do Conselho. Eu espero que seja para melhor, porque, para pior,
180 nós estamos cansados de receber notícia ruim.” Conselheiro Henrique
181 Moreira de Melo Silva: “Só para informar ao conselheiro José Otoni, o doutor
182 Felipe foi convocado para compor uma força-tarefa do Ministério Público, e
183 são vários promotores e não somente ele. E estão acompanhando a
184 participação lá. Então é um dos motivos pelo qual ele não está aqui hoje. Eu
185 também coloco à disposição a coordenadoria para fazer esse contato com o
186 doutor Felipe. O senhor também pode fazê-lo por e-mail. É uma rotina de
187 muitas reuniões, então talvez o telefone fique um pouco difícil. Mas ao e-mail
188 ele sempre responde. Eu não tenho informações do caso específico do
189 esgoto de Araçuaí – ele não me passou nada –, mas o senhor pode entrar
190 em contato, pessoalmente, ou conosco mesmo, e nós podemos buscar essa
191 informação.” Conselheiro Alex Mendes Santos: “As minhas questões eram
192 justamente essas, saber se havia algum posicionamento do Estado em
193 relação às questões do COPAM. Mas, pelo andar da carruagem, nós vemos
194 que essa conquista que foi feita durante esses anos, apesar de não ser
195 ainda, na minha opinião, o melhor processo – deveria ser tripartite em todo o
196 processo –, nós vemos que vai recuar. O governo, que se diz democrático,
197 que se diz popular, está agindo de forma completamente contrária disso que
198 ele prega, porque vai agir de forma autocrática. Nós vamos voltar ao tempo
199 em que todos os processos, praticamente, eram definidos fora da região,
200 praticamente pela FEAM, e nós vimos o quanto, com todas as dificuldades e
201 com todos os problemas, com ganhos e, muitas vezes, perdas, nós
202 conseguimos avançar e impedir que muitas coisas acontecessem aqui de
203 forma autoritária e sem nenhum tipo de discussão. É uma pena esse atraso,
204 esse retrocesso. Na minha opinião, é um retrocesso, que vai trazer muito
205 prejuízo e muito problema. Porque, na verdade, o posicionamento da
206 Caminhos da Serra vai ser procurar o Ministério Público. Porque o que
207 ocorria aqui antigamente era isso. Você estava lá e, de repente, uma
208 empresa chegava já com todos os seus processos resolvidos, e nós não
209 ficávamos nem sabendo. Esse era o grande problema. Esse foi o grande

210 ganho que nós conseguimos. Hoje nós sabemos o que está acontecendo,
211 nós temos notícia, nós podemos falar e discutir. Então isso, na minha
212 opinião, pelo menos a princípio vai gerar esse processo novamente de brigas
213 e de tentativas de impedimentos e brigas judiciais. Porque este foro aqui,
214 este Conselho aonde você pode discutir, colocar as suas opiniões, discordar,
215 às vezes conseguir o que você deseja ou não, as conquistas que você
216 consegue também para as comunidades, que normalmente são escutadas e
217 são desprotegidas, eu acho que nós vamos perder demais. Infelizmente, nós
218 vamos ter essa perda. Mas vida que segue. Talvez tenha uma coisa positiva,
219 que sempre vem, mas o meu sentimento é esse, e eu gostaria de externá-lo
220 aqui.” Presidente Aramis Mameluque Mota: “Alex, eu só queria te dizer que o
221 sentimento de todos, praticamente, pelo que nós vimos em todas as
222 Suprams, o sentimento a maioria dos servidores, senão de todos, é também
223 a mesma preocupação. Porque, como eu falei no início, são importantes os
224 debates, a ampliação dos debates aqui. Muita coisa que poderia às vezes
225 passar despercebidas são levantadas aqui no Conselho, e cada um na sua
226 área. E é uma divisão de responsabilidades importante até para nós
227 mesmos. Então nós realmente estamos todos preocupados. Esperamos que,
228 com esses decretos, possa talvez melhorar um pouco a situação que nós
229 estamos prevendo que estar por vir. Nós, infelizmente, também não temos
230 poder de estar dando opinião – eu, pelo menos, não fui consultado – para a
231 confecção dessa lei. Isso foi feito em nível de Secretaria, lá em Belo
232 Horizonte. A maioria dos superintendentes, eu acredito que não participou
233 disso. Então nós estamos solidários e esperamos que tudo transcorra bem e
234 que seja adotado um formato viável, que não necessite tanto dessa previsão
235 que nós estamos tendo de judicialização por parte do Ministério Público.
236 Ontem mesmo eu estive com o doutor Daniel Ornelas, e ele está muito
237 preocupado porque está todo mundo citando que seria um retrocesso. Mas
238 vamos aguardar para ver como vai realmente ficar. Senhor José Otoni, eu
239 também estou solidário com as suas manifestações. Nós realmente nos
240 preocupamos com esses órgãos, nós vemos às vezes alguma deficiência da
241 própria Cemig, da Copasa. Nós temos passado em várias Suprams e temos
242 tido esse tipo de dificuldade também. Nós esperávamos que não fosse
243 assim. Mas eu vou passar a palavra para o superintendente Ângelo para que
244 ele possa falar dos andamentos aqui da região. Tudo é de competência da
245 Supram Jequitinhonha, e eu vou passar para o Ângelo para falar das
246 providências que são tomadas por eles.” Superintendente Ângelo Márcio
247 Gomes de Melo: “Quer falar primeiro, Wagner?” Conselheiro Wagner Vicente
248 Rodrigues de Almeida: “Senhor presidente, nós estamos com uma questão
249 que é a seguinte. Vamos supor que continue o nosso Conselho, que ele não
250 seja extinto, vamos dizer assim. Eu não concordo muito que o presidente
251 vote durante a votação dos membros, porque, como colocou o Alex, eu acho
252 que deveria ser mais bem dividida a participação dos membros deste

253 Conselho. Então quando o presidente tem dois votos isso é um problema
254 sério. Igual você já declarou que vota com o parecer da Supram. Então, quer
255 dizer, se nós tivermos uma maioria aqui que é contra, com um de diferença,
256 quer dizer, o seu voto valeu dois. Então está sendo contra o que é almejado
257 pelo Conselho, porque o Conselho queria deliberar. Então eu acho que,
258 continuando o Conselho, é uma questão que deveria ser revista. Isso é uma
259 manifestação minha, porque eu acho que, na minha concepção, não é muito
260 democrático dessa forma.” Conselheira Denise Bernardes Couto: “Tendo em
261 vista a manifestação do conselheiro Wagner, eu queria fazer um
262 esclarecimento, até sobre o que o presidente falou sobre a questão do voto
263 da presidência, do voto normal e do voto de qualidade. Isso aqui na Unidade
264 Regional Colegiada já até foi dito anteriormente, até mesmo porque está
265 explícito no regimento interno do COPAM. Isso não é uma coisa que foi
266 colocada agora pelo novo governo ou que é uma orientação. Isso está
267 escrito numa norma, na Deliberação Normativa 177, de 22 de agosto de
268 2012. Então isso já é estabelecido como norma dentro do Conselho, não só
269 aqui, como em todas as Unidades Colegiadas, na Câmara Normativa e
270 Recursal e nas Câmaras Temáticas e nas Câmaras Técnicas, que tratavam
271 de assuntos como Câmaras de Mineração, de Infraestrutura,
272 Agrossilvopastoril, dentre outras. Essa situação já existia em todos os
273 Colegiados do COPAM, através de uma norma. Então só para deixar muito
274 claro. Isso já aconteceu aqui. O voto normal e o voto de qualidade. Em
275 reuniões anteriores. Não foram muitas vezes, mas já aconteceu, e é
276 totalmente lícito. Então isso é uma prerrogativa colocada em norma. Mas ele
277 pode, isso está definido na legislação. Legislação já até votada e aprovada
278 pelo próprio COPAM, no caso, a Câmara Normativa e Recursal. Então isso
279 não é nada ilícito, está previsto na legislação, desde sempre, por sinal.”
280 Conselheira Andreza Lemos Meira: “Eu só queria me desculpar pelo atraso,
281 porque realmente eu me equivoquei com o horário e o local. Desculpa a
282 todos os colegas.” Presidente Aramis Mameluque Mota: “Como você falou e
283 foi muito bem explicitado pela conselheira da Fiemg, isso foi previsto e,
284 muitas vezes, passou despercebido e não se aplicou. Inclusive, eu estou
285 trazendo esse assunto agora porque houve uma reunião polêmica em
286 Montes Claros, e o Thiago, da Fiemg, é quem manifestou, em uma votação
287 que ficou 8 a 7, e a Fiemg acusou a necessidade de o presidente votar. São
288 coisas que às vezes não estavam sendo observadas. E aí, na verdade, é um
289 voto só. Porque o voto do desempate é um voto de desempate, e o primeiro
290 voto é o voto até do próprio parecer do próprio órgão, em que se está votado
291 pela SEMAD. Então eu estou deixando claro aqui até para evitar
292 especulação, como houve lá. Não estavam cientes dessa regra, e quando o
293 superintendente foi votar ficou parecendo até que estava tomando algum
294 partido depois da decisão. Mas não foi, é porque o assunto foi abordado
295 após a votação e a contagem. Quando a votação fica em 9 a 1, ninguém

296 nem se preocupa com isso. Então o que acontece, muitas vezes, é que a
297 maioria das votações não tem esse aperto de 8 a 7, dependendo do projeto,
298 que não seja polêmico. Então só para ficarem cientes, é uma deliberação
299 normativa, é lei, como a conselheira mesmo já explicitou, e nós vamos estar
300 seguindo. Se for possível mudar, isso aí não cabe a nós.” Rodrigo Ribas,
301 diretor de Apoio Técnico da Supram Jequitinhonha: “Antes de mais nada,
302 Alex, o presidente já foi bastante claro em relação ao posicionamento que é
303 percebido em todo o Estado. Não obstante, nós temos instrumentos legais
304 que permitem e, na verdade, nos forçam a ampliar a participação popular,
305 senão através de um Conselho, apesar de que a URC continua existindo; ela
306 está prevista na Lei 21.972, e não deixar de existir. Então a participação
307 deste Conselho está garantida. Mas, além disso, tem que lembrar o seguinte:
308 os processos de licenciamento têm, obrigatoriamente, que ouvir – se eles
309 acontecem no Estado ou na União – os outros órgãos federativos. Então se
310 acontece um processo de licenciamento em Gouveia, por exemplo, ele só
311 abre, ele só tem início, só formaliza, quando a prefeitura manda para nós
312 uma anuência dizendo que está tudo bem, que está tudo tranquilo. Acho que,
313 neste momento, é hora de fortalecer as estruturas de meio ambiente das
314 prefeituras, os Codemas e a participação popular naqueles lugares em que
315 nós podemos estar mais presentes, e se fazer ouvir com muito mais
316 qualidade, lá no Codema, lá prefeitura, o que já evita, inclusive, a
317 formalização do processo aqui, se for o caso. E já evita também processos
318 de cima para baixo ou conflituosos, uma vez que o Codema tem a
319 possibilidade, o condão, de fazer esse controle popular lá. Isso está
320 garantido na Lei Complementar 140/2011 – nós já estivemos lá conversando
321 a respeito dela – e na legislação ambiental federal e estadual, que é ouvir os
322 órgãos municipais. Em relação à fiscalização do Jequitinhonha em Araçuaí,
323 eu percebo essa demanda, e queria dizer que nós também sentimos muito, o
324 Estado, a situação em que o rio Jequitinhonha. Esse é um estado de
325 ocupação do rio que é histórico. A própria agricultura faz essa ocupação.
326 Não estou aqui avaliando se é positivo ou negativo, mas a agricultura e,
327 certamente, o garimpo, legal ou ilegal, vêm fazendo essa ocupação. De uns
328 anos para cá, o fato de uma parcela do Jequitinhonha ter se transformado
329 em rio de preservação permanente, isso é uma coisa muito boa, mas em
330 alguns momentos é tiro no pé, porque é um processo de assoreamento muito
331 grande que está acontecendo, porque não se pode tirar areia de lá mais.
332 Então o que acontece? Nós ficamos dois anos, dois anos e meio, em uma
333 seca muito intensa, e depois vem uma chuva, como veio a de janeiro. Essa
334 chuva de janeiro foi no mínimo quatro vezes a esperada no mês, em média.
335 O que acontece é que todo esse material desagregado que estava
336 depositado no Jequitinhonha ao longo de períodos de dois anos, dois anos e
337 meio, desagregou de uma vez só. Então nós temos um processo de
338 assoreamento a jusante no Jequitinhonha que também é muito sério. Aí você

339 fala que achou o Jequitinhonha baixo, mas baixo e assoreado. Então nós
340 temos uma série de outros impactos que nós temos realmente que tentar
341 equacionar na bacia do rio Jequitinhonha. E aí não é só o COPAM ou a
342 Supram que têm esse papel, nós temos que lembrar do importante papel dos
343 Comitês de Bacia Hidrográfica nos planos de desenvolvimento de bacia e no
344 controle e acompanhamento das atividades que se desenvolvem dentro
345 desses planos, para aí, sim, nós termos atividades mais efetivas, que não
346 sejam só ficar plantando para morrer na primeira chuva na beirada do
347 Jequitinhonha. Mas nós vamos tentar ver o que nós podemos fazer junto
348 com o IEF, que é o órgão fomentador.” Superintendente Ângelo Márcio
349 Gomes de Melo: “Boa tarde a todos e a todas, é um prazer recebê-los aqui.
350 Agradecer a hospitalidade com que foi recebido ontem em Montes Claros,
351 pelo nosso amigo, nosso companheiro de trabalho, o superintende Aramis,
352 que estava presidindo a COPA de Montes Claros ontem. Desejar boas-
353 vindas a você, Aramis. É um prazer tê-lo aqui, recebê-lo aqui. E falar um
354 pouco também a respeito das indagações do senhor José Otoni, lá de
355 Araçuaí. Eu estive lá no ano passado, acho que no mês de outubro ou
356 novembro do ano passado, e pude perceber e vivenciar na pele a situação
357 que é a dificuldade mesmo de locomoção daqui de Diamantina para aquela
358 região. Eu passei por Araçuaí, mas fui até Medina, e vi a dificuldade real. Na
359 minha avaliação, eu acho que o centro do Jequitinhonha é a cidade de
360 Araçuaí, não é a cidade de Diamantina, com toda sinceridade. A cidade de
361 Araçuaí fica centralizada, geograficamente, muito melhor que Diamantina.
362 Diamantina está na entrada do Jequitinhonha, inclusive nós estamos
363 praticamente na nascente do Jequitinhonha. Tem o Alto, o Médio e o Baixo,
364 e nós estamos aqui no Alto, muito distantes de Salto da Divisa, que,
365 inclusive, faz parte do nosso território de atuação; de Pedra Azul, Divisópolis,
366 Divisa Alegre. Então eu acho que deve dar quase 500 km daqui até essas
367 cidades. E Araçuaí fica mais centralizada, de fato. Eu estive lá. O senhor
368 tinha feito esse pedido, essa solicitação, quando eu assumi essa
369 superintendência no meio do ano passado, e eu fiz o compromisso de ir. Fui
370 a Araçuaí, e nós fizemos um levantamento lá. Nós fomos, inclusive, a DER,
371 conversamos com o doutor João, e ele se dispôs a ceder o espaço para nós
372 colocarmos o nosso escritório lá em Araçuaí. Eu estive em Medina, conversei
373 também com os nossos técnicos. Inclusive, é interesse dos nossos técnicos
374 que trabalham em Medina irem para Araçuaí. Mas depois disso eu estive em
375 Belo Horizonte e conversei com o nosso secretário e o subsecretário de
376 Inovação e Logística, e eles falaram comigo que a vontade deles de abrir um
377 escritório em Araçuaí é maior, inclusive, do que a nossa. Mas foi nesse
378 período em que foi apresentado o projeto 2946, que virou a 21.972, que foi
379 apresentado acho que no dia 25 de novembro do ano passado. Então eles
380 estavam com esse projeto pronto para encaminhar para a Assembleia, e o
381 projeto foi aprovado. Eles pediram para nós darmos uma esperada nesse

382 processo de abertura desse escritório de Araçuaí por causa da mudança que
383 teria. Até agora não está muito claro como vai ficar. Algumas pessoas falam
384 que o IEF vai ficar sob nossa subordinação, sob subordinação da
385 Superintendência. A lei foi bem clara e fala que nós deixamos de ser
386 Superintendência de Regularização Ambiental para tornar Superintendência
387 de Meio Ambiente. Vai ser mais amplo o nosso trabalho. Eu estou dizendo
388 isso porque, inclusive, o IEF daquela região pode ser subordinado a nós, e já
389 tem um escritório do IEF lá. Então no máximo no mês de março nós
390 devemos ter uma definição em relação à abertura do nosso escritório em
391 Araçuaí. Inclusive, de acordo com o que está colocado na lei, fala que pode
392 ter até 17 Escritórios Regionais, 17 Superintendências Regionais de Meio
393 Ambiente. E essas 17 foram pensadas naquelas regiões território que foram
394 muito discutidas pelo governo no ano passado. E foram discutidos os 17
395 foros. Diamantina é uma sede, Araçuaí é outra sede. Inclusive, a perspectiva
396 da lei é que cada sede do território seria uma Superintendência Regional de
397 Meio Ambiente. Mas, em conversa com o Geraldinho, que é nosso
398 subsecretário, ele me disse que nós não temos demanda para que
399 abrissemos outro escritório, outra superintendência aqui na nossa Regional,
400 mas que ele abriria uma “mini” Supram em Araçuaí. Isso é compromisso que
401 nós já temos do governo, que é a vontade de vocês também, da comunidade
402 de Araçuaí, para agilizar o serviço. Não dá para a pessoa andar 500 km, 600
403 km para fazer um protocolo de um documento aqui em Diamantina, para vir
404 pegar uma certidão de não-passivo aqui em Diamantina. Isso é complicado,
405 difícil. Nós sabemos dessa situação, o governo tem muita consciência disso.
406 Inclusive, tanto o subsecretário Geraldinho quanto o Nalton, que na época
407 era subsecretário de Inovação e Logística, que hoje é secretário adjunto do
408 Sávio, de Meio Ambiente, se prontificaram de imediato e falaram que é
409 vontade do governo abrir um escritório em Araçuaí. A vontade inicial, se
410 tivesse demanda, era para nós abriremos uma superintendência em Araçuaí.
411 E eu acredito, volto a falar disso: eu acho que a região fica centralizada em
412 Araçuaí. Em Diamantina nós ficamos muito na ponta. É a mesma coisa de
413 abrir um escritório em Salto da Divisa para quem mora em Diamantina. A
414 mesma coisa, não tem diferença nenhuma. Aqui nós estamos em Gouveia, e
415 Gouveia já é a última cidade em que nós temos atuação. Virou Presidente
416 Juscelino, do outro lado, já é de Belo Horizonte, não é nosso mais. Então,
417 vocês imaginam, Gouveia está a trinta e poucos quilômetros de Diamantina.
418 Então nós estamos numa ponta, Salto de Divisa, em outra, e Araçuaí, no
419 centro. Nós vamos abrir um escritório lá, o senhor pode ficar tranquilo. Nós
420 sabemos dessa reivindicação da comunidade, sabemos do esforço do
421 senhor nesse pedido. No dia em que eu estive lá, o senhor me acompanhou,
422 fez questão de ir comigo aos locais, e nós, inclusive, o agradecemos por
423 isso. Em relação à Usina de Irapé, nós vamos olhar essas informações que o
424 senhor passou e saber em que pé está lá. Algumas informações em relação

425 à Usina de Irapé, logo que eu assumi a Superintendência também, nós
426 fomos convocados pelo Ministério Público Federal para estar em Belo
427 Horizonte para responder ao Ministério. Foi uma reunião que tinha um
428 representante, inclusive, da Fetaemg, um representante da comunidade dos
429 atingidos da barragem de Irapé. E o que nós vimos é que a Cemig, de fato,
430 não tinha cumprido um monte de coisa. Tinha mais de 400 famílias que não
431 tinha sequer o documento do terreno em que eles foram reassentados. Então
432 nós sentimos muita dificuldade, mas nós vamos olhar isso. Nós até temos
433 um documento que nós respondemos ao Ministério Público, e podemos
434 mandar a cópia para o senhor, sobre essa indagação que ele fez nessa
435 época. Em relação à linha de transmissão de Montes Claros a Araçuaí, nós
436 não temos nenhuma informação, não tem nenhum processo na Supram
437 Jequitinhonha. Então eu não posso falar de uma coisa que eu não conheço.
438 Eu não sei se está em Montes Claros ou se não está. Aqui no Jequitinhonha
439 nós sabemos que não está. Muito obrigado a todos, e que tenhamos uma
440 ótima reunião.” **4) PROCESSO ADMINISTRATIVO PARA EXAME DE**
441 **LICENÇA PRÉVIA CONCOMITANTE COM LICENÇA DE INSTALAÇÃO.**
442 **4.1) União Madeira Tratada Ltda. Tratamento químico para preservação**
443 **de madeira. Capelinha/MG. PA 21742/2014/001/2014. Classe 3.**
444 **Apresentação: Supram Jequitinhonha. Conselheiro Alex Mendes Santos:**
445 “Os destaques são as análises das condicionantes que normalmente têm
446 sido colocadas em empreendimentos desse tipo, de tratamento de madeira.
447 Então eu queria que os técnicos me informassem, porque em alguns eu vi
448 uma diferença na forma de apresentação e outros que estão sem as
449 condicionantes. Então eu queria discutir com vocês sobre essas
450 condicionantes.” Valéria Andrade Costa, da Supram Jequitinhonha: “Quais
451 condicionantes você queria discutir?” Conselheiro Alex Mendes Santos:
452 “Uma das que eu vi em outros processos foi ‘realizar limpeza, remoção dos
453 lodos do sistema de tratamento de efluentes líquidos sanitários
454 periodicamente e dar destinação final adequada aos resíduos sólidos’. Isso é
455 relativo à questão de tratamento de efluentes líquidos sanitário. Isso está
456 abordado dentro do projeto geral?” Valéria Andrade Costa, da Supram
457 Jequitinhonha: “A sua dúvida é mais em relação aos efluentes sanitários ou
458 ao tratamento? Porque esse é um processo de LP mais LI. Na verdade, é um
459 processo que vai ser instalado próximo a um empreendimento já existente de
460 tratamento químico de madeira. Esse tratamento químico de madeira que
461 está próximo já tem Licença de Operação vigente pela Supram
462 Jequitinhonha, e na verdade esse empreendimento que vai ser instalado ao
463 lado vai contar apenas com o tratamento em autoclave, com sistema de
464 galpão e também a parte de administração. Agora a questão mais de
465 refeitório, onde os operários vão trabalhar, isso vai ficar todo na parte do
466 outro empreendimento, que é próximo. Tanto é que não vai ter oficina
467 também, porque vai utilizar as instalações do empreendimento próximo. Nós

468 colocamos no próprio PU. O empreendimento é Marcílio Rocha Madeiras.
469 Tanto que o empreendimento não vai usar água, só na LO. Por isso, por o
470 empreendimento já fazer uso do lado. Seria no caso o Marcílio Rocha
471 Madeiras.” Conselheiro Henrique Moreira de Melo Silva: “Eu vou aproveitar a
472 questão porque a minha dúvida é exatamente sobre esse ponto, esse
473 compartilhamento de estruturas. O outro empreendimento, Geraldo
474 Madeiras, já se encontra licenciado. Não é isso? Ele foi licenciado com uma
475 determinada concepção. Esse compartilhamento altera essa concepção? Foi
476 analisada essa capacidade de suporte além do licenciamento anterior?”
477 Valéria Andrade Costa, da Supram Jequitinhonha: “Sim. No caso, o novo
478 empreendimento, que vai ser instalado ao lado, vai ter um escritório, e esse
479 escritório terá fossa séptica e tudo para sua administração. Mas os operários,
480 que vão trabalhar diretamente na autoclave, o empreendimento Marcílio
481 Rocha Madeira já compreende esses funcionários.” Conselheiro Henrique
482 Moreira de Melo Silva: “Nesse caso, trata-se de uma ampliação? Porque o
483 compartilhamento é bastante grande, parece que até os funcionários já são
484 treinados, já são do corpo de funcionários da Geraldo Madeiras. Não é isso?”
485 Valéria Andrade Costa, da Supram Jequitinhonha: “Não. Os funcionários
486 serão contratados pela União Madeiras. Eles vão fazer uso das instalações
487 do Geraldo Rocha Madeiras, que é o outro empreendimento. Nós fizemos
488 vistoria tanto na área em que vai ser instalado o empreendimento quanto no
489 Marcílio Rocha Madeiras. Nós olhamos as instalações, o dimensionamento
490 se no caso seriam adequados. E neste momento agora é a instalação.
491 Seriam menos funcionários e seria basicamente a autoclave, a instalação da
492 estrutura da autoclave, o galpão e o escritório.” Conselheiro Alex Mendes
493 Santos: “Então na opinião de vocês está tranquilo isso. Não é?” Valéria
494 Andrade Costa, da Supram Jequitinhonha: “Sim.” Conselheiro Alex Mendes
495 Santos: “A segunda seria com relação aos produtos preservativos. Nas
496 demais, nós tínhamos ‘manter, temporariamente, em local adequado e dar
497 destinação final adequada aos resíduos sólidos perigosos contaminados com
498 produtos preservativos à base de CCA e apresentar a esta Superintendência
499 comprovante de destinação final adequada desses resíduos’. Está inserido
500 nessa outra? Porque fala de resíduos sólidos, de resíduos de construção.”
501 Valéria Andrade Costa, da Supram Jequitinhonha: “No caso, nós estamos na
502 fase de LP mais LI, então nós estamos tratando da instalação do
503 empreendimento. No âmbito da LO, nós vamos tratar da questão. Por
504 enquanto, não vai ser utilizado, vai ser só a instalação mesmo do
505 empreendimento.” Conselheiro Alex Mendes Santos: “Outra questão é
506 aquela da comunicação. Eu vi aqui que vocês falaram da comunicação
507 social, mas sempre nós colocamos a realização de comunicação social e
508 educação ambiental para as comunidades mais próximas do
509 empreendimento. Como está isso?” Valéria Andrade Costa, da Supram
510 Jequitinhonha: “O empreendimento Marcílio Rocha Madeiras, que é o do

511 lado, já vem realizando ações, e também a União Madeiras vai realizar
512 ações, em conjunto. Porque, no caso, é muito próximo.” Otacílio Júnior, do
513 grupo União Madeiras: “Eu até comentei com elas, Alex: talvez nós
514 mudarmos um pouco o termo, a forma que está essa condicionante, para nós
515 colocarmos a questão da comunicação social na comunidade e a educação
516 ambiental, como foi colocado nas outras madeireiras também. Eu até já
517 conversei com elas para nós alterarmos o texto da condicionante, se for de
518 acordo por todos.” Conselheiro Alex Mendes Santos: “É isso então, não teria
519 mais nenhum questionamento.” Presidente Aramis Mameluque Mota: “Só
520 para deixar bem claro, o Geraldo Rocha Madeira...” Valéria Andrade Costa,
521 da Supram Jequitinhonha: “Marcílio Rocha Madeiras. O Geraldo Roberto
522 Rocha Madeiras seria o dono da propriedade onde será instalado o
523 empreendimento União Madeiras.” Presidente Aramis Mameluque Mota: “O
524 parecer cita, várias vezes, os empreendimentos do mesmo grupo familiar.
525 Esses empreendimentos vizinhos são do mesmo grupo familiar?” Otacílio
526 Júnior, do grupo União Madeiras: “Realmente, o grupo familiar tem vários
527 empreendimentos na região. Vocês já deliberaram aqui sobre o frigorífico, no
528 ano passado, o posto de combustíveis. Mas em específico nessa fazenda,
529 que é próximo a Capelinha, a 7 km de Capelinha, existe já um
530 empreendimento que é em nome de Geraldo Roberto, que é um dos irmãos,
531 e existe já Marcílio Rocha instalado. Ao lado, próximo a Marcílio Rocha, vai
532 ser instalada a União Madeiras, que é do grupo familiar, só que sócios
533 diferentes, pessoas diferentes, administração diferente. Aproveitando que já
534 existe uma estrutura de oficina e de refeitório, vão ser compartilhadas essas
535 estruturas, que suportam as duas empresas. Parte administrativa é
536 independente, prédios independentes, condições independentes. E
537 autoclaves independentes. Temos uma divisão de cercas, inclusive, de sócio.
538 Tudo vai ser independente. O que vai ser compartilhado, realmente, é uma
539 oficina, porque cada autoclave, cada empresa, vai ter em torno de duas
540 gruas para movimentar a madeira. Então não justifica construir outra oficina
541 para atender um empreendimento familiar que está ao lado. E um refeitório,
542 que tem condições muito adequadas, um refeitório muito bom e que atende
543 às duas empresas. O quadro de funcionários não é tão extenso assim para
544 justificar construir mais uma obra dessa.” Conselheiro Henrique Moreira de
545 Melo Silva: “A última questão. Vai ficar para a LO, mas, como eu li no PU, só
546 para esclarecimento. Sobre o neutralizante, o qual deverá ser ressaltado na
547 LO. Então eu só queria deixar uma sugestão para condicionamento da LO:
548 que a LO deve ser obtida já com a comprovação da existência do
549 neutralizante na empresa.” Conselheira Denise Bernardes Couto: “Eu tenho
550 uma colocação, que seria sobre a condicionante nº 11, que trata do AVCB.
551 Como a Supram se coloca a favor do AVCB uma vez que já foi discutido aqui
552 ‘n’ vezes como também em outras Unidades Regionais Colegiadas, em
553 outras Suprams, o posicionamento já é outro. Não se está colocando

554 condicionante de AVCB em processos que não sejam única e
555 exclusivamente de postos de gasolina, porque é aí que mora a
556 obrigatoriedade, de acordo com a Resolução Conama 273. Para
557 empreendimentos que não são postos de gasolina, que não tenham relação
558 com isso, até as outras Unidades Regionais Colegiadas geralmente não
559 estão colocando, porque até a própria SEMAD já se manifestou e até mesmo
560 por causa da própria ação civil pública que teve a liminar que diz que não há
561 obrigatoriedade de se exigir o AVCB no licenciamento ambiental, a não ser
562 nos casos de postos de abastecimento de combustível. A Fiemg vê isso não
563 como irregularidade, mas nós não concordamos. A Fiemg não é contra o
564 AVCB, ela é contra a exigência do AVCB no processo de licenciamento
565 ambiental dentro do que não é necessário. Ele é necessário, ele é regido por
566 uma legislação e tem que ser apresentado sim, mas nesses casos que não
567 se tratam de postos de combustíveis não há obrigatoriedade de se exige-lo
568 dentro do processo de licenciamento ambiental.” Rodrigo Ribas, diretor de
569 Apoio Técnico da Supram Jequitinhonha: “Só um esclarecimento, então,
570 Denise: você está sugerindo que essa condicionante seja excluída do
571 processo? Então eu acho que a URC é que tem que se manifestar em
572 relação a isso.” Presidente Aramis Mameluque Mota: “Podemos votar e
573 depois nós fazemos a inclusão de alguma condicionante? Os conselheiros
574 que concordam com o parecer da Supram e aprovam o licenciamento 4.1,
575 União Madeiras Tratadas Ltda., permaneçam como se encontram.
576 Abstenção do Ministério Público. Processo aprovado. Proposta da
577 conselheira Denise, da Fiemg, pela exclusão da exigência de AVCB do
578 empreendimento, uma vez que não está previsto em lei. Condicionante 11.
579 Conselheiros que concordam com a permanência da exigência do AVCB, da
580 condicionante 11, permaneçam como se encontram. Quem for contrário, por
581 favor, se manifeste. Quem vota pela permanência da condicionante
582 permaneça como se encontra. Quem for contra a condicionante se
583 manifeste. Está levantando o braço quem quer que seja excluída a
584 condicionante, quem não concorda com ela. São dez pela exclusão. A
585 condicionante fica excluída, pela maioria, por dez votos. Senhores,
586 solicitação do conselheiro Alex para alteração da condicionante 2: ‘Enviar
587 relatórios à Supram Jequitinhonha que comprovem a execução de ações de
588 comunicação social à população da zona urbana municipal sobre a
589 implantação do empreendimento’. Está sendo incluído: ‘ações de educação
590 ambiental’. O empreendedor já concordou. Então quem for favorável à
591 inclusão da condicionante...” Otacílio Júnior, do grupo União Madeiras: “Eu
592 só queria tirar ‘da área urbana’, porque nós temos algumas escolas de
593 segundo grau também na área rural em que nós poderíamos também estar
594 fazendo este trabalho de educação ambiental. ‘No município’.” Presidente
595 Aramis Mameluque Mota: “Ok. Então ficam ampliadas para o município
596 ações de educação ambiental. Conselheiros que concordem com a alteração

597 da condicionante permaneçam como se encontram. Aprovado por
598 unanimidade.” **5) PROCESSO ADMINISTRATIVO PARA EXAME DE**
599 **LICENÇA DE OPERAÇÃO PARA PESQUISA. 5.1) Tracomal Norte**
600 **Granitos Ltda. Lavra a céu aberto com ou sem tratamento, rochas**
601 **ornamentais e de revestimento, obras de infraestrutura (pátios de**
602 **resíduos, produtos e oficinas), pilhas de rejeito/estéril de rochas**
603 **ornamentais e de revestimento, britamento de pedras para construção,**
604 **inclusive mármore, ardósia, granito e outras pedras. Gouveia/MG. PA**
605 **20765/2010/006/2015. Classe 5. Apresentação: Supram Jequitinhonha.**
606 Conselheiro Alex Mendes Santos: “As minhas colocações são praticamente
607 de manutenção de condicionantes do processo anterior que eu não vi neste
608 processo agora. Por exemplo, a condicionante 19 do processo anterior, da
609 LO anterior, porque essa é renovação da ampliação. Eu não sei se você tem
610 ela aí no parecer do processo anterior. Ela fala de programas de priorização
611 de mão de obra. Seria até bom uma apresentação do processo como um
612 todo.” Rodrigo Ribas, diretor de Apoio Técnico da Supram Jequitinhonha: “Só
613 para contextualizar, esse processo de LOP é quase que é uma LOP
614 Corretiva de um empreendimento que já operava, que tinha Licença de
615 Operação válida. Então era um empreendimento que já tinha funcionado,
616 que já tinha se estruturado, e naquele momento, naqueles outros processos,
617 houve uma necessidade de controle de sua implantação, de sua
618 estruturação, o que nós não percebemos neste momento, porque nós
619 estamos tratando aqui de um empreendimento já consolidado. Então na
620 nossa avaliação, na avaliação da equipe técnica, algumas condicionantes do
621 processo passado, que foi arquivado... A revalidação da Licença de
622 Operação passada foi arquivada, e algumas daquelas condicionantes não
623 diziam respeito, no nosso entendimento, desta fase do empreendimento. É
624 muito comum nós, numa fase inicial do empreendimento, exigir programas
625 de priorização de mão de obra, de contratação de fornecedores locais, para
626 fortalecimento da estrutura local e regional com aquele empreendimento.
627 Uma vez que o empreendimento já está operando, já tem uma estrutura
628 estabelecida, já tem um corpo de fornecedores contratados, já tem equipe de
629 funcionários contratada, que está trabalhando, que já está estruturada, nós
630 não julgamos naquele momento que fosse necessária. Nós tivemos reunião
631 já com o empreendedor, porque o empreendedor também não obsta pela
632 apresentação desses relatórios, e nós obstamos pela inclusão dessas
633 condicionantes. Então, Alex, se você quiser, na apresentação das
634 condicionantes, falar quais são, nós vemos como nós podemos incluir.”
635 Conselheiro Alex Mendes Santos: “Só complementar que há uma mudança,
636 sim. Vai crescer. O empreendimento era um, ele está se exaurindo, então é
637 um novo momento, sim, que vai, inclusive, exigir mais mão de obra. E essa é
638 uma demanda da comunidade. O empreendedor pode até colocar e
639 apresentar até números com relação a essa questão; eles têm números para

640 mostrar. Eu queria deixar claro que eles estão cumprindo, mas é uma forma,
641 porque, na comunidade, uma das promessas, uma das discussões nossas,
642 foi essa questão da prioridade. É uma empresa que vem do Espírito Santo,
643 então no início ela teve muita dificuldade. Inclusive, isso foi discutido, foi
644 aceito, porque não havia mão de obra local qualificada para o tipo de
645 trabalho. Mas a comunidade depende muito deste processo. Então uma das
646 grandes solicitações da comunidade, negativas e críticas a empresa, é
647 justamente a questão da mão de obra local. Então, ainda, apesar de os
648 mostrarem que hoje eles têm praticamente 70% de mão de obra local, a
649 comunidade não percebe isso e demanda por isso. Então essa é a
650 preocupação dessa nova fase, para nós mantermos esse processo. Eu acho
651 que a empresa também concorda com isso, porque ela já o faz, mas é boa
652 uma situação de manutenção de proposta já feita.” Rodrigo Ribas, diretor de
653 Apoio Técnico da Supram Jequitinhonha: “Eu contextualizei só porque na
654 nossa análise não houve inclusão, mas nós concordamos com a manutenção
655 dos relatórios e dos programas, nós não obstamos também não. Se o
656 Conselho assim desejar, a empresa tem a apresentação desse plano de
657 contratação, do tempo de 2012 até agora, para apresentar aqui, quantos são
658 os funcionários, quem são, de onde vêm, e se vocês quiserem pode ser
659 apresentado aqui.” Conselheiro Alex Mendes Santos: “Para mim, não
660 precisa, porque eu já conheço, já me apresentaram, e eu concordo, igual eu
661 falei, em torno de 70%. A não ser que vocês queiram avaliar. Mas realmente
662 eles têm esse processo.” Conselheiro José Otoni Alves Campos: “Todo
663 processo que acontece aqui, principalmente com empreendedor particular,
664 esquecem que o órgão aqui é ambiental. Às vezes, nós estamos entrando
665 muito em setor... Por exemplo, eu pergunto: qual empreendedor que vai
666 prometer contratar toda mão de obra local sendo que não tem mão de obra
667 especializada. Então eu acho que toda vez passa despercebido. Eu acho
668 que não há necessidade não. O empreendedor já tem suas dificuldades com
669 a parte trabalhista, com a parte do Ministério do Trabalho, agora o órgão
670 ambiental vai querer impor? Eu sou contra totalmente ficar obrigando o
671 empreendedor a contratar mão de obra local. Qual de nós vai ser dono de
672 um empreendimento e contratar mão de obra local porque um órgão
673 ambiental quer? Isso quem sabe da necessidade é o empreendimento.
674 Desde que eles cumpram as ordens ambientais, eu acho que o nosso
675 Conselho aqui não deve debater isso.” Conselheiro Alex Mendes Santos: “Eu
676 acho que você está completamente equivocado, não leu o processo e não
677 escutou o que foi dito aqui. Não é 100% de mão de obra, é priorização. E
678 priorização, se você não sabe o que significa, é dar prioridade para as
679 pessoas da região. E a região não significa Gouveia, mas Gouveia e
680 Diamantina, como eles podem apresentar. E outra coisa: no processo
681 ambiental, nós não analisamos aqui só questões ambientais. É análise de
682 processos sociais da cidade, toda uma série, e as pessoas fazem parte do

683 ambiente também. Então nós temos que analisar, sim, e muito, porque afeta
684 a região, afeta economicamente, afeta turisticamente, retira outras
685 possibilidades de processo. Então tem que ter um ganho, sim. E eu acho que
686 preservar essa situação em uma cidade que tem poucas opções e que tem
687 nessas oportunidades a viabilidade de ter empregos... Outra questão que
688 eles próprios têm é o de desenvolvimento de mão de obra, justamente para
689 que amanhã nós possamos ter. Inclusive, um projeto que está sendo
690 desenvolvido lá, que a Caminhos da Serra propôs, e eles aceitaram e estão
691 trabalhando, é de desenvolvimento de jovens do ensino médio que vão
692 adentrar através de estágios, para começar a entender de processo, de
693 biologia, de avifauna. Porque hoje você chega, vai resolver e precisa de um
694 biólogo. Se for contratar um geólogo, também não tem. Se vai contratar um
695 geógrafo, não tem. E hoje quais daquelas crianças ali, jovens ali, têm essa
696 visão? Não têm. E nós já percebemos quando esses meninos começam...
697 Nós fazemos um trabalho lá, que é o fórum ambiental, que em todo ano
698 acontece. Aconteceu em 2015, foi o segundo, e neste ano vai ser o terceiro.
699 Os próprios alunos da rede de ensino médio de uma determinada escola
700 criam todo o processo. Tanto da análise de um processo... O primeiro foi da
701 própria Tracomal. Eles estudaram todo o EIA/Rima, se dividiram em grupos e
702 fizeram como se fosse uma plenária aqui. Eles discutiam ali. E nesse
703 processo nós percebemos que vários alunos colocaram: 'Eu quero fazer
704 direito, porque eu gostei desse projeto, eu gosto de legislação'. E
705 começaram a despertar outros para o ramo da biologia e tal. Então com isso
706 já se percebe, e a empresa já se manifestou favorável a abrir estágio para
707 esses meninos de ensino médio para eles começarem a entender e
708 começarem a gostar. 'Olha, geologia é interessante'. Tem outros meninos lá
709 que vão fazer o quê? Vão ser professores... Não desmerecendo as
710 categorias que eu vou citar, mas são aquelas que eles ouvem: professor,
711 funcionário público. Que são as opções que eles vêm ali dentro da família
712 deles. Então se falar o que é geologia uns entendem o que um geólogo faz, e
713 outros, não. Hoje eles estão visitando, estão vendo a questão da história.
714 Teve agora o trabalho de levá-los para ensiná-los e trabalhar a questão de
715 cavidades, e os meninos ficaram impressionados. Então isso é importante,
716 sim, até para a própria empresa. Eu acho que quem ganha melhor com isso
717 é ela, que vai poder ter daqui a pouco meninos que já estão despertando
718 para isso. Eu acho que nós não temos só essa situação como também o
719 dever de fazer isso, sim, de lutar para que o empreendimento beneficie a
720 comunidade." Conselheiro José Otoni Alves Campos: "Conselheiro Alex, o
721 que eu sei é o seguinte: eu não leio os processos, eu sei que nós dois somos
722 os mais velhos do Conselho. Agora de uma coisa eu tenho certeza: você não
723 sabe o que eu faço, eu também não sei o que você faz e não quero saber.
724 Agora eu só sei que você é um membro do Conselho que joga na defesa, e
725 eu jogo no ataque. E de uma coisa eu tenho certeza: você tem um voto, e eu

726 também tenho um. E eu represento 55 mil produtores rurais do
727 Jequitinhonha. Disso eu tenho certeza.” Rodrigo Ribas, diretor de Apoio
728 Técnico da Supram Jequitinhonha: “Senhor presidente, só para dirimir a
729 questão, é importante dizer que as Resoluções 01/86 e 237/97 do Conama
730 estabelecem como função do licenciamento a análise da socioeconomia,
731 dentre os outros aspectos ambientais. Aí, senhor conselheiro, desde a 1ª
732 Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente que a dimensão
733 social foi incorporada nas análises ambientais, em 1972. A Supram
734 Jequitinhonha, o Estado de Minas Gerais, sequer faz objeção à análise. Pelo
735 contrário, nós fazemos a análise, contextualizamos aqui, só que, no nosso
736 entendimento, o momento do processo é outro. Em relação a isso, nós, como
737 equipe técnica, acatamos a sugestão do Alex de incorporar essa dimensão
738 do acompanhamento da priorização da mão de obra e dos fornecedores
739 locais, e consultamos o empreendedor, que também acata. Me parece que o
740 Alex já tem, inclusive, uma proposta de texto para ser incorporado. Eu acho
741 que havendo, claro, a deliberação pela concessão da licença, o momento de
742 se discutir se incorpora ou não e de votar a incorporação de condicionante é
743 o momento posterior, após a votação. Para tornarmos mais objetivo. Eu
744 sugiro que passemos à discussão de incorporação de condicionante após a
745 votação da própria licença.” Conselheiro Henrique Moreira de Melo Silva: “Eu
746 quero retomar um pouco esse debate fazendo eco ao Alex, porque no meio
747 ambiente se analisa justamente o meio biótico, o meio físico e o meio
748 socioeconômico. Então não tem essa dissociação entre o homem e a
749 natureza. Eu acho que este Conselho aqui já sofreu processos muito
750 desgastantes pela ausência de avaliação em alguns casos ou por análises
751 relativamente superficiais. Eu cito o caso de Conceição de Mato Dentro com
752 impactos no Serro, que, em princípio, foi desconsiderado como área
753 impactada, e depois vieram os TACs, vieram os problemas em relação aos
754 acessos, fazer o trevo, fazer o contorno do Serro, coisas que teriam que ser
755 previstas no licenciamento. Então agora neste momento em que chegam
756 várias mineradoras aqui na região, nesse campo das rochas ornamentais,
757 especificamente, nós estamos vendo pipocar várias pesquisas, várias
758 prospecções, nós percebemos que a questão do quartzito tem atraído
759 bastantes empresas interessadas nisso. E esse tipo de preocupação evita
760 que nós fiquemos só com os impactos definitivos. A mineração, todo mundo
761 sabe, que é uma atividade necessária, mas degradante, com impactos
762 permanentes, e que o aproveitamento de mão de obra local e – mais do que
763 o aproveitamento – a capacitação, a médio e longo prazos, permite que o
764 crescimento econômico propiciado pelas atividades se reverta também no
765 desenvolvimento econômico, apropriado pela população, pelas prefeituras e
766 pela comunidade local. Então eu acho que isso é de extrema relevância de
767 ser debatido. Eu acho que essa questão tem que ser melhor compreendida
768 por todos nós conselheiros, porque – nós não sabemos como vai ficar daqui

769 para frente – isso é um tema que sempre permeia as nossas decisões. Eu
770 acho que esse esclarecimento é importante até para nós não levarmos gol
771 contra, de um ataque de um fogo amigo. Então eu acho que isso nós
772 precisamos deixar bem claro, e trabalhar mais de modo a fazer com que o
773 crescimento econômico se reverta também no desenvolvimento econômico.
774 Eu vou passar aqui à avaliação do parecer, algumas dúvidas que eu tive. A
775 empresa também procurou, e nós conversamos, rapidamente, por telefone,
776 de modo que eu já adiantei algumas questões de que eu tive dúvidas.
777 Algumas questões que são menores acho que são quase que pró-forma,
778 mas na página 3, na coordenada de caracterização do empreendimento,
779 quando eu joguei nessa coordenada, saiu num outro ponto. Pode ser por
780 algum problema no meu software, no meu programa, alguma distorção. Eu
781 acho que o problema não é bem essa coordenada; as outras estão corretas.
782 Só contando o processo. Isso me deu um ponto a 1,7 km de distância da
783 mina. Depois, no decorrer do Parecer Único, eu consegui identificar a área e,
784 pelas imagens, e eu vi a frente de lá. Mas, como eu tinha já uma visão um
785 pouco mais ampla, eu reparei que são três lavras praticamente no mesmo
786 alinhamento leste/oeste. E fala, inclusive, no parecer do compartilhamento de
787 estruturas não só de água – água também; as outorgas são compartilhadas –
788 , mas de outras infraestruturas, como banheiros, refeitórios, com outras
789 jazidas que estão fora do escopo desse licenciamento. Eu até solicitei à
790 empresa que pudesse mostrar para nós em uma imagem esse alinhamento,
791 o restante dos empreendimentos das atividades que ela está desenvolvendo
792 na região. Nas lavras, são citadas Macaúba e Calacata. Eu acho que seria
793 importante que nós pudéssemos observar isso de uma forma mais integrada,
794 até para descartar a sobreposição e fazer individualização dos
795 empreendimentos e a individualização no âmbito do licenciamento. Eu acho
796 que é importante que a Supram se manifeste sobre isso. Sobre a
797 espeleologia, eu queria que se esclarecesse um pouco melhor sobre esse
798 perímetro da proteção das cavidades que estão sob risco de assoreamento.
799 Fala-se do carreamento de sedimentos, e eu queria que se pudesse
800 aprofundar um pouco mais sobre esse assunto. Tem até um parágrafo aqui:
801 ‘Nesse contexto, podemos considerar que os impactos das atividades são
802 reversíveis uma vez que possíveis carreamentos de sedimentos podem
803 minimizados por meio de medidas de contenção’. Eu acho que uma vez o
804 impacto tendo assoreado uma cavidade esse impacto é irreversível. Tirar o
805 assoreamento de uma cavidade, dependendo da extensão, muitas vezes
806 pode ser inviável. Então é só essa observação na página 18, e eu queria que
807 vocês pudessem explicar melhor, desenvolver melhor esse aspecto.” Valéria
808 Andrade Costa, da Supram Jequitinhonha: “No primeiro momento, nós
809 demarcamos a área de influência das cavidades. O que acontece é o
810 seguinte: foram identificadas 18 cavidades no empreendimento. Aquelas que
811 estão bem próximas ao curso d’água, vocês podem perceber, se voltarem

812 umas duas páginas, vai ter uma imagem que apresenta as 18 cavidades. Na
813 ADA do empreendimento foram encontradas 18 cavidades, que na área de
814 entorno do empreendimento, e não estão na área diretamente afetada pelo
815 empreendimento. O que aconteceu foi o seguinte: existem cavidades que
816 estão localizadas próximas ao curso d'água. Em especial, a cavidade 11 e a
817 cavidade 13 tem uma participação de recurso hídrico; as outras não
818 apresentam a questão do curso d'água. Elas têm a água como importante na
819 sua dinâmica, mas não é o curso d'água. Tanto a cavidade 11 quanto a
820 cavidade 13. E nós optamos por apresentar todas as cavidades que estavam
821 próximas como a área de influência, como a sua bacia de contribuição, que
822 seria da imagem 18. A bacia de contribuição foi toda indicada como área de
823 influência, no caso dessas cavidades. Quando se coloca a área de influência
824 com a bacia de contribuição, parte da área diretamente afetada pelo
825 empreendimento vai estar dentro. Então o que ocorreu? Como é uma área
826 de influência na cavidade, para tentar mitigar possíveis impactos às
827 cavidades, nós preferimos optar pelo perímetro de proteção. Esse perímetro
828 de proteção seria sobre essas cavidades; estão além da estrada até as
829 cavidades. Esse período de proteção é aonde não vai ocorrer nenhum tipo
830 de assoreamento. O que foi feito? Foram feitas medidas, como aporte de
831 sedimentos, ao longo de toda a estrada na sua margem direita, antes da
832 estrada, para que seja possível mitigar possível aporte de sedimentos. E os
833 impactos nós consideramos impactos indiretos e irreversíveis. Do ponto de
834 vista de que o empreendimento está lá hoje. Do ponto de vista geológico, a
835 questão do relevo, realmente o impacto vai ser irreversível. Mas quando se
836 pensa em impacto espeleológico diretamente sobre a cavidade, ao cessar o
837 empreendimento, esse impacto vai cessar sobre a cavidade. É só possível
838 assoreamento na sua área de influência. O perímetro de proteção, nós
839 fizemos essa área aonde não pode haver, de jeito nenhum, nenhum impacto.
840 Por isso está sendo feita bacia de contenção, tem esse aporte de
841 sedimentos, e nós colocamos condicionante para apresentar os relatórios
842 sobre aporte de sedimentos. Tem também a condicionante sobre o
843 monitoramento dessas cavidades, especificamente do leito do rio, para nós
844 também termos essa certeza. E também tem uma condicionante sobre
845 estudo de relevância.” Conselheiro Henrique Moreira de Melo Silva: “Eu acho
846 que essa questão futura depende também do processo de encerramento da
847 mina, da recuperação do local e da estabilização das fontes de sedimentos.”
848 Valéria Andrade Costa, da Supram Jequitinhonha: “No momento, nós
849 sabemos que o empreendimento tem um TAC e está em operação. Esse
850 empreendimento já tinha licença, uma LOP, desde 2012, e não ocorre
851 nenhum tipo de impacto na cavidade.” Conselheiro Henrique Moreira de Melo
852 Silva: “Também é praxe, quando tem cavidades no entorno de mineração, eu
853 ouvi também que tem a preferência por usar o fio diamantado para cortar,
854 mas também existe a possibilidade de se usar explosivos, eventualmente, a

855 critério técnico. E isso, em outros empreendimentos – estou fazendo por
856 analogia – enseja monitoramento sismográfico das cavidades. Isso está
857 previsto neste caso também?” Valéria Andrade Costa, da Supram
858 Jequitinhonha: “O empreendimento só utiliza fio diamantado, não utiliza
859 cordão, desmonte de rochas, o que poderia ocorrer nisso. Geralmente
860 quando tem explosões – no caso, seria um plano de fogo –, nós pediríamos
861 um monitoramento sismográfico. Como no caso o empreendimento só utiliza
862 fio diamantado, não tem por que pedir o monitoramento sismográfico, nós
863 não vemos necessidade.” Conselheiro Henrique Moreira de Melo Silva: “É só
864 para ter essa confirmação de que a empresa não tem previsão de usar
865 explosivos.” Rodrigo Ribas, diretor de Apoio Técnico da Supram
866 Jequitinhonha: “Há uma utilização de explosivos de uma maneira geral –
867 nessa empresa ou em outra empresa; são explosivos de pequena carga para
868 fazer o que eles chamam de foguinho –, para verificar tonalidade da rocha,
869 para saber se existe viabilidade econômica de utilização. Essas detonações
870 não são sequer passíveis de autorização. Elas são de pequena carga, o que
871 faz é fazer uma quebra da rocha em superfície. Não tem supressão de
872 vegetação, então não há uma forma de controle da Supram sobre esse tipo
873 de atividade ou ação, se a empresa utilizar. Então o importante é, neste
874 processo, o que está sendo feito é: já tem a lavra, e a ampliação da lavra
875 com o corte com fio diamantado. O que eles estão fazendo é lavrando, não é
876 fase de teste mais. Eventualmente, a fase de teste não gera carga suficiente
877 para ter registro sismográfico.” Conselheiro Henrique Moreira de Melo Silva:
878 “Então dentro do período de funcionamento da empresa, do período de
879 vigência da licença, não haverá...” Rodrigo Ribas, diretor de Apoio Técnico
880 da Supram Jequitinhonha: “Não haverá desmonte de rocha utilizando
881 explosivos. Não há previsão no processo de desmonte de rocha utilizando
882 explosivos.” Conselheiro Henrique Moreira de Melo Silva: “Mas há previsão
883 para esse outro tipo de desmonte?” Rodrigo Ribas, diretor de Apoio Técnico
884 da Supram Jequitinhonha: “Para desmonte certamente que não.”
885 Conselheiro Henrique Moreira de Melo Silva: “Não há previsão também para
886 esse outro tipo de fogo?” Rodrigo Ribas, diretor de Apoio Técnico da Supram
887 Jequitinhonha: “No processo, não foi citada a previsão de pesquisa. Aí tem
888 que perguntar para o empreendedor se há alguma previsão de ampliação.
889 De qualquer maneira, a informação que eu estou dando é a seguinte: já que
890 você citou o exemplo de Conceição do Mato Dentro, o desmonte de rocha de
891 Conceição do Mato Dentro, que é todo feito com explosivo, não gera sismo,
892 não gera onda que possa ser captada num raio de 4 km. Os sismógrafos que
893 estão instalados monitorando aquela área não têm os seus gatilhos
894 acionados como desmonte de rocha de minério de ferro. Então nós estamos
895 falando de um grande desmonte de rocha. Aqui nesta empresa ou em outras
896 empresas que trabalham com quartzito, o que há é o que eles chamam de
897 foguinho. Não há o desmonte de rocha. O que há é a ruptura da camada

898 superficial da rocha para conhecimento da sua cor e da sua textura. Se o
899 sismógrafo estivesse há 20 m de distância, o gatilho não seria disparado,
900 porque não gera onda para poder fazer isso. Estou dizendo é que o
901 monitoramento sismográfico é absolutamente desnecessário para esse tipo
902 de atividade. Não há desmonte de rocha por fogo, porque destrói a rocha,
903 nesse caso, destruiria. Por isso eles cortam o bloco.” Conselheiro Henrique
904 Moreira de Melo Silva: “Nós estamos debatendo isso justamente pela
905 preocupação em relação às cavidades. Então o que eu estou percebendo é
906 que... Eu acho que a empresa pode se manifestar em relação ao uso de
907 explosivos. E, aparentemente, pelo que eu estou entendendo, o nível de
908 certeza é que, se houver algum tipo de desmanche, algum tipo de uso de
909 explosivo na atividade, isso não impactará as cavidades. Isso é a minha
910 percepção.” Rodrigo Ribas, diretor de Apoio Técnico da Supram
911 Jequitinhonha: “É a nossa percepção também, porque foi o próprio
912 empreendedor que fez o levantamento de cavidades, a apresentação dessas
913 cavidades, o estudo da área de influência dessas cavidades e a
914 apresentação dos perímetros de proteção. Por lei, área de influência e
915 perímetro de proteção estão protegidos, não podem sofrer impacto. Então
916 como proponentes eles são os primeiros a reconhecer que não podem
917 impactar aquelas áreas. Para informação, quando você pediu que a empresa
918 apresentasse aquele alinhamento, na verdade, nós temos duas frentes de
919 lavras que estão ativas. Aquela manchinha que você chamou de terceira
920 frente de lavra foi uma área aberta que não está ativa, que está embargada,
921 exatamente porque eles, numa dessas aberturas, impactaram uma cavidade.
922 Então quando eles impactaram uma cavidade nós fomos lá e reconhecemos
923 o impacto sobre cavidade, embargamos toda aquela área, conforme a
924 legislação manda; perímetro de 250 m. Está embargada. Depois disso, se
925 fizerem o levantamento das cavidades e reconhecerem esse perímetro, eles
926 estão assumindo frente a este Conselho, portanto, frente ao Estado, frente à
927 lei, que são responsáveis pela manutenção do perímetro de proteção. Então
928 a nossa percepção é: claro que eles sabem que o retorno de um foguinho
929 que atinge a cavidade vai ser embargo e paralisação da atividade deles até a
930 recuperação do dano, mais, claro, as ações civis e criminais que daí
931 decorrerem. Então eles estão assumindo que irão proteger essas áreas. Daí
932 a nossa tranquilidade.” Conselheiro Henrique Moreira de Melo Silva: “Existe
933 algum outro monitoramento fotográfico que esteja previsto?” Valéria Andrade
934 Costa, da Supram Jequitinhonha: “Tem uma condicionante sobre o programa
935 de monitoramento de cavidades. Página 55, condicionante 16.” Rodrigo
936 Ribas, diretor de Apoio Técnico da Supram Jequitinhonha: “Então qual é a
937 proposta? Na nossa avaliação, as cavidades que podem sofrer algum
938 impacto, que estão sujeitas a algum aspecto ambiental, são aquelas que
939 estão no curso d’água e na margem do curso d’água e que perfazem um
940 perímetro de proteção único que abarca todas elas. Nesse sentido, nós

941 solicitamos um programa de monitoramento dessas cavidades com relação
942 aos impactos possíveis ali.” Conselheiro Henrique Moreira de Melo Silva:
943 “Não tem o escopo ainda desse monitoramento, e a empresa vai
944 apresentar?” Rodrigo Ribas, diretor de Apoio Técnico da Supram
945 Jequitinhonha: “Isso. A empresa vai apresentar.” Conselheiro Henrique
946 Moreira de Melo Silva: “Então eu faço o pedido para que seja levado em
947 consideração então esse monitoramento, que seja considerado pela Supram.
948 Uma outra questão seria até anterior a essa, que é questão de nomenclatura,
949 uma vez que os estudos foram considerados. Mas, embora a licença seja
950 para operação e perspectiva, a perspectiva é de uma exploração exaustiva
951 do recurso. Isso deve acontecer no período de vigência da licença ou com
952 uma prorrogação mínima, pequena. Então só fazer esse registro que,
953 embora a fase de licenciamento seja de Licença de Operação para Pesquisa,
954 trata-se, na realidade, de uma exploração normal. Está descartada já a
955 questão da pesquisa, trata-se de uma operação de uma lavra já existente,
956 que vai ser ampliada, e com exaurimento do recurso.” Rodrigo Ribas, diretor
957 de Apoio Técnico da Supram Jequitinhonha: “É exatamente isso. O que nos
958 leva a emitir, em vez de LO, uma LOP? A exigência do próprio DNPM. O
959 ajuste de legislações diz que a Licença de Operação é para lavra. Lavra é
960 após aprovado o requerimento de lavra e emitida a portaria de lavra pelo
961 DNPM. Isso é a definição de lavra e, portanto, aquilo que diz respeito à
962 operação. O DNPM leva, em alguns casos, mais de 20 anos para emitir
963 Portaria de Lavra, o que inviabiliza qualquer negócio. Só que inviabilizar o
964 negócio não é o negócio da União. Nós estamos tratando de um bem que
965 pertence à União e que é outorgado para uma empresa privada fazer o seu
966 uso, beneficiamento. Então o que o DNPM fez? Gerou um documento, que é
967 a Guia de Utilização. Quando os empreendimentos estão em fase de
968 pesquisa, eles podem tirar um volume mínimo, exclusivamente, para
969 pesquisa. Eu não sei de quantos metros cúbicos são, mas são poucos.
970 Quando ele tem a GU, a Guia de Utilização, ele pode comercializar. Ele
971 amplia isso para 6.000 metros cúbicos/ano e pode comercializar; de
972 produção líquida. Então o próprio DNPM gerou uma possibilidade comercial
973 daquilo que eles estabelecem como fase de pesquisa. Como não se pode
974 comercializar sem licença ambiental, em todos os Estados, todos os órgãos
975 licenciadores tiveram que ajustar isso. O ajuste que o Estado de Minas teve
976 foi o de licenciar em fase de operação para pesquisa mineral, com Guia de
977 Utilização. Sem a guia, não pode comercializar. Então com Guia de
978 Utilização para que ele possa dar um andamento comercial a essa produção.
979 Do ponto de vista da nomenclatura, é isso mesmo. Do ponto de vista da
980 análise, nós analisamos como uma Licença de Operação como outra
981 qualquer. Todos os critérios a serem analisados, todos os critérios a serem
982 levados em consideração, os impactos ambientais, os impactos daí
983 decorrentes são todos de uma Licença de Operação. Tem que lembrar que

984 esse processo já teve uma licença de 2012, já foi analisado antes, mas, se
985 fosse uma licença nova, nós trataríamos das fases de viabilidade – Licenças
986 Prévia, de Instalação e de Operação – com uma fase única. Mas todos os
987 aspectos são levados em consideração nesse sentido.” Conselheiro
988 Henrique Moreira de Melo Silva: “Naquela imagem que se colocou com as
989 frentes, isso está na mesma fazenda, são operações distintas, tem
990 proprietários intermediários? Eu queria que a empresa ou a Supram pudesse
991 esclarecer isso melhor. Qual é o contexto fundiário dessas operações?”
992 Gilmar dos Reis Martins, da Supram Jequitinhonha: “Na verdade, nós temos
993 na Supram hoje em dia dois processos referentes à Tracomal. Por questões
994 de DNPM diferentes. O processo licenciado agora no DNPM; para as duas
995 frentes de lavras para cima, outro DNPM. No caso, também são
996 propriedades diferentes. Aqui embaixo no caso, nessa lavra, nós temos a
997 propriedade; na de cima também é outra propriedade diferente.” Conselheiro
998 Henrique Moreira de Melo Silva: “São duas propriedades contíguas?” Gilmar
999 dos Reis Martins, da Supram Jequitinhonha: “São três propriedades, na
1000 verdade.” Conselheiro Henrique Moreira de Melo Silva: “Todas elas com
1001 propriedade de terceiros, propriedade da empresa? Gilmar dos Reis Martins,
1002 da Supram Jequitinhonha: “Propriedade de terceiro. Existe o contrato do
1003 proprietário com a empresa.” Conselheiro Henrique Moreira de Melo Silva:
1004 “Qual é o grau de integração da infraestrutura?” Gilmar dos Reis Martins, da
1005 Supram Jequitinhonha: “Na verdade, a lavra tem já toda essa estrutura para
1006 o empreendimento funcionar. Então a empresa, neste processo que está
1007 sendo licenciado agora neste momento, já tem nesse empreendimento área
1008 de refeitório, banheiros, essas estruturas básicas. Na área ao sul. E no caso
1009 as atividades de manutenção de máquinas são realizadas nas estruturas
1010 localizadas na lavra Golden.” Conselheiro Henrique Moreira de Melo Silva:
1011 “Eu tive uma preocupação porque, quando eu li, por exemplo, que os
1012 banheiros seriam compartilhados...” Stênio Abdanur Porfírio Franco, da
1013 Supram Jequitinhonha: “Só para dar uma detalhada aqui. As duas frentes de
1014 lavras mais acima são referentes a um outro licenciamento do mesmo
1015 empreendimento, que eles denominam como Golden Macaúbas. No Golden
1016 Macaúbas, eles já possuem todas as estruturas. Aquela do meio também
1017 pertence à Golden Macaúbas, que é outro licenciamento, que é a frente de
1018 lavra que está embargada. A Golden Macaúbas, que é o outro licenciamento,
1019 essas duas frentes de lavras mais acima na imagem, já possui todas as
1020 estruturas, inclusive de parte de atendimento aos funcionários, de refeitórios,
1021 sanitários, além das oficinas, da parte para atender ao maquinário: oficinas,
1022 caixa SÃO, parte mecânica toda lá. Agora vamos passar para a frente de
1023 lavra que está em licenciamento no momento, que é a White Macaúbas,
1024 mais ao sul, que é a que está em tela no momento. Ela vai utilizar somente
1025 as estruturas de máquinas e oficinas, manutenções e abastecimentos da
1026 Golden. A parte de atendimento e apoio aos funcionários ela já possui.”

1027 Conselheiro Henrique Moreira de Melo Silva: “Aqui cita que vai compartilhar
1028 também as outorgas com a Calacata. Ela não está nessa...” Stênio Abdanur
1029 Porfírio Franco, da Supram Jequitinhonha: “A Calacata é a do meio.”
1030 Conselheiro Henrique Moreira de Melo Silva: “A Calacata é licenciada junto
1031 com a Golden Macaúbas; em processo de licenciamento. Mas as duas fazem
1032 parte do mesmo empreendimento.” Stênio Abdanur Porfírio Franco, da
1033 Supram Jequitinhonha: “A instalação que está sendo tratada no momento
1034 está localizada na White Macaúbas; a ampliação de que nós estamos
1035 tratando aqui, a ampliação da frente de lavra. Seria uma ampliação da
1036 White.” Conselheiro Henrique Moreira de Melo Silva: “Outra questão que eu
1037 observei aqui no PU, na página 6, é o estudo da viabilidade para
1038 reaproveitamento do estéril. Eu reparei que é uma geração de estéril muito
1039 grande, em torno de 70% da movimentação da extração. E eu observei que
1040 ficou meio solto assim em relação a possibilidades, a estudos que podem vir
1041 a comprovar. Não tem nenhum prazo, não tem nada mais incisivo no sentido
1042 de se trabalhar melhor essa questão da grande produção de rejeito em
1043 relação ao produto comercializado. Eu queria saber mais disso, queria que
1044 vocês pudessem falar mais por que está assim. ‘A empresa estuda a
1045 possibilidade de vender o estéril na forma em que se encontra atualmente
1046 para outra empresa realizar a britagem e seleção do material ou a própria
1047 Tracomal instalar os equipamentos necessários para britar e selecionar o
1048 material, sendo esses posteriormente comercializados’. Aí tem algumas
1049 previsões, algumas perspectivas, Brita 1, Brita 2, pó de brita. Mas está muito
1050 abstrato aqui ainda. E eu acho que esse é um dos grandes problemas, a
1051 geração de estéril dessa magnitude.” Rodrigo Ribas, diretor de Apoio
1052 Técnico da Supram Jequitinhonha: “Esse nível de abstração, na verdade,
1053 tem uma condicionante que trata dessa britagem. Essa percepção de
1054 abstração se baseia em duas condições anteriores a qualquer ação deste
1055 empreendimento ou de qualquer outro. Primeiro, tem que ter viabilidade
1056 econômica. Se não tiver comprador para esse produto, não há o que fazer, o
1057 que nós vamos fazer é gerar custo, moer resíduo e continuar ocupando a
1058 mesma área. Então a primeira análise que o empreendedor tem que fazer
1059 nesse sentido é se ele consegue colocar esse produto no mercado. Se não
1060 colocar o produto no mercado, a britagem é desnecessária. A segunda
1061 condição é: colocar o produto no mercado, ele deixa de ser resíduo e passa
1062 a ser produto, insumo, e, portanto, só pode sair da área se estiver em DNPM
1063 que permita que eles façam isso. Então antes de qualquer outra coisa, tem
1064 que ver se eles vão conseguir no DNPM o registro necessário, a outorga
1065 necessária, para dar vazão a um produto mineral que pertence à União.
1066 Então nesse sentido é que são feitos os pedidos de estudo dessas duas
1067 atividades. Primeiro, tem viabilidade econômica, tem saída? Este Conselho,
1068 por várias vezes, condicionou a apresentação de estudos de viabilidade de
1069 aproveitamento econômico dos rejeitos. Sobretudo nas áreas de granito da

1070 província de Itinga, Araçuaí, Itaobim. E quase todas as empresas disseram a
1071 mesma coisa: não tem viabilidade econômica, não consegue pôr no
1072 mercado. O custo de se produzir o material e pôr no mercado – não tem
1073 mercado local ou regional para absorver isso – é tão elevado que inviabiliza
1074 o negócio. Então, antes de nós forçarmos qualquer empresa a fazer esse
1075 aproveitamento, nós temos que ver, primeiro: vai ter aproveitamento
1076 econômico? Segundo, vai ter DNPM para poder fazer o aproveitamento
1077 econômico? Porque nós também não outorgamos o direito mineral a eles.”
1078 Conselheiro Alex Mendes Santos: “Com relação a isso, tinha até a alteração
1079 também. Pelo que eu conversei com a empresa, eles já estão avançados
1080 nesse processo. Então seria bom escutar a empresa com relação a isso,
1081 tanto nesse processo da britagem, que parece está dependendo da DNPM.
1082 Eles até têm uma preocupação que vem do processo, de quatro anos. E,
1083 conversando com eles, eles têm uma previsão de seis meses dessa
1084 alteração. A minha proposta seria 12 meses; é até uma das alterações.
1085 Então vocês podiam fazer a colocação em que pé que está. E o outro é o
1086 aproveitamento de voçoroca, que não está aqui no projeto e é de
1087 fundamental importância pela quantidade de voçorocas que nós temos, e
1088 que é, a nosso ver, não técnico, desse tipo de aproveitamento.” Rodrigo
1089 Ribas, diretor de Apoio Técnico da Supram Jequitinhonha: “Com relação a
1090 voçoroca, nós gostaríamos de continuar mantendo fora, porque seria muito
1091 arriscado nós impormos a uma empresa ou nós mesmos controlarmos uma
1092 coisa de que não há estudo técnico geológico suficiente. Porque aí nós
1093 temos que fazer o estudo de uma voçoroca específica. Eu fui aluno da
1094 Cristina Augustin, a maior estudiosa de voçoroca da região de Gouveia; e
1095 isso para nós é muito claro. Para cada voçoroca tem uma dinâmica diferente.
1096 Tem que lembrar que essa voçoroca só virou voçoroca porque atingiu o
1097 lençol freático. Aí então vamos mandar a empresa cometer um crime,
1098 sobrecarregar o lençol freático.” Conselheiro Alex Mendes Santos: “Tem que
1099 ficar claro o seguinte – às vezes confunde: nós estamos mandando a
1100 empresa fazer estudo de viabilidade justamente para isso, para pegar o
1101 estudo da Augustin; fazer um estudo de aproveitamento desse rejeito, dando
1102 para eles uma solução para o problema. Não estamos falando de apresentar
1103 projeto, mas apresentar estudo de viabilização. Aí, sim, pode virar um
1104 projeto.” Rodrigo Ribas, diretor de Apoio Técnico da Supram Jequitinhonha:
1105 “Na fase de discussão das condicionantes, se essa fase houver, nós
1106 podemos discutir naquela história do estudo de viabilidade econômica ou de
1107 aproveitamento para regeneração de áreas degradadas. E aí deixa por conta
1108 da empresa apresentar esse aproveitamento e regeneração de áreas
1109 degradadas, porque seria leviano nós ou este Conselho falar que a área
1110 degradada por natureza é a voçoroca, e irmos lá e cometermos um crime
1111 ambiental até maior. Então só para tomar esse cuidado. Pode ser?” Tiago
1112 Sepulcri Salaroli, da Tracomal: “Na questão da voçoroca, pelo fato de o bem

1113 mineral não ser propriedade nossa e ser propriedade da União, nós não
1114 podemos transportar, doar e levar para essa voçoroca sem vender. Eu teria
1115 que vender para utilizar na voçoroca. E para eu poder vender esse material
1116 teria que ter uma guia também do DNPM autorizando vender, para pagar o
1117 imposto direitinho. Então já no início do processo nós já temos a dificuldade.
1118 E a questão da brita é a mesma dificuldade. Nós já pedimos uma Guia de
1119 Utilização para comercializar essa brita desde outubro de 2014, e estamos
1120 aguardando até agora. E para terem uma ideia, para instalar uma planta de
1121 britagem, ficaria em torno de R\$ 3 milhões a R\$ 5 milhões. Então a
1122 viabilidade disso tem que ser bem estudada antes de nós fazermos um
1123 investimento desse porte. E a primeira ideia da empresa, obtendo a Guia de
1124 Utilização do DNPM, é implantar um britador móvel, que vai britar aquele
1125 rejeito que está ali, e aí nós vamos fazer pesquisa de mercado, fornecimento,
1126 ver se tem consumo. Tendo consumo, aí nós podemos implantar uma coisa
1127 mais fixa, um pouco melhor. Como nós temos três pedreiras ali, pode ser
1128 feito um esquema de rodízio com o próprio britador móvel ficar britando por
1129 alguns meses em cada uma delas. Mas tudo depende da autorização prévia.
1130 E tendo autorização e fazendo o teste também e se ficar comprovado que a
1131 britagem não é viável, nós faremos a recuperação do rejeito, que é
1132 plenamente viável. Nós fazemos a recuperação disso, revegetamos, mas ao
1133 final do empreendimento, no fechamento da mina.” Celso, da Tracomal: “Eu
1134 queria lembrar que para nós conseguirmos fazer essa britagem nós
1135 precisamos da LOP mencionando brita no nosso processo lá dentro do
1136 DNPM. Senão nós não conseguimos a Guia de Utilização para britar esse
1137 material.” Conselheiro Alex Mendes Santos: “Só lembrando que não estamos
1138 exigindo. É justamente isso que nós queremos saber. Há essa viabilidade?
1139 Porque senão nós vamos ter que trabalhar, porque – não sei se vocês viram
1140 as fotos – é um processo, e o rejeito está sendo gerado, está sendo
1141 acumulado. E como fica isso? É só nesse sentido, nós não estamos exigindo
1142 aqui... É justamente: ‘Para voçoroca não tem jeito. Para britagem tem jeito,
1143 desde que...’ Aí eu acho que passa-se por um outro processo, que eu acho
1144 que é até interessante para a empresa, de repente. Eu falo isso porque nós
1145 já conseguimos. Em Itinga, não sei se vocês lembram. Itinga fez calçamento,
1146 fez pavimentação, principalmente das áreas onde atingem, através desse
1147 estudo. Também foi através de estudos, e eles apresentaram para nós o
1148 estudo de viabilidade: ‘Nós vamos reaproveitar o rejeito para trabalhar rejeito
1149 de granito para recuperação das próprias estradas.’ Então quer dizer: isso eu
1150 falo que é viável o estudo. Então eu não estou aqui exigindo da empresa um
1151 estudo a mais, mas gostaria que continuasse esse processo de estudo, até
1152 para nós não incorrerem em outros problemas aqui.” Tiago Sepulcri Salaroli,
1153 da Tracomal: “Para empresa, é de grande interesse que isso dê certo. O
1154 aproveitamento racional do bem mineral ao máximo vai trazer um ganho
1155 econômico para nós, vai trazer um ganho ambiental. Nós vamos ter um

1156 retorno financeiro ao invés de gastar para recuperar. Seria, vamos dizer, o
1157 ideal para nós. Mas para fazer esse estudo infelizmente não depende só de
1158 nós. Então nós estamos tentando, fazendo os esforços, e assim que possível
1159 nós começamos já a fase de implantação, que seria uma coisa mais
1160 palpável, sair dessa teoria toda aí, começar a britar. Mas somente quando o
1161 DNPM emitir a Guia de Utilização. Nós já temos até uma AAF para essa
1162 britagem, já está no DNPM, está tudo cumprido, mas tem mais de um ano
1163 que está parado.” Conselheiro Alex Mendes Santos: “Então vocês já estão
1164 fazendo, já está em uma fase até posterior. É isso que nós queremos
1165 entender aqui, vocês não estão nem no estudo, já estão pedindo a AAF. Foi
1166 o que eu entendi quando vocês manifestaram.” Tiago Sepulcri Salaroli, da
1167 Tracomal: “A AAF nós já conseguimos. A Guia de Utilização desde outubro
1168 de 2014 que nós estamos aguardando. Foi feito um projeto explicando a
1169 questão de que a pedreira é de bloco, mas tem a geração de rejeito. E nós
1170 queremos aplicar o rejeito. Para cumprir a condicionante ambiental,
1171 apresentamos a AAF, mas nós precisamos aguardar o órgão se manifestar.”
1172 Conselheiro Henrique Moreira de Melo Silva: “Só lembrando aqui de um
1173 outro colega nosso do Conselho, o professor Marivaldo. Numa reunião
1174 discutindo exatamente essa questão, ele até virou para a empresa e falou:
1175 ‘Mas você não sabe o que fazer com 70% do seu rejeito? Para mim, o seu
1176 empreendimento é inviável.’ Um empreendimento que não consegue lidar
1177 com o que é gerado... Não é o caso. Não devemos aceitar, simplesmente, as
1178 questões porque esse tipo de aproveitamento tem que ser avaliado,
1179 inclusive, para a viabilidade do empreendimento.” Rodrigo Ribas, diretor de
1180 Apoio Técnico da Supram Jequitinhonha: “Só para chamar a atenção de
1181 vocês do Conselho, a condicionante 18 não trata mais do estudo de
1182 viabilidade, ela trata de regularizar a atividade de britamento de pedras.
1183 Então nós já estamos tratando exatamente com essa fase, com a fase que
1184 eles já apresentaram das propostas deles.” Conselheiro Henrique Moreira de
1185 Melo Silva: “A outra questão que eu observei, que já foi também objeto
1186 tratado aqui na reunião e em outras reuniões lá na Supram, depois da URC...
1187 Tem até um relato aqui da condicionante 32, que é uma questão que eu acho
1188 que nós precisamos também debater aqui, e tirar algum posicionamento. É
1189 uma área sensível da estrada, e esses empreendimentos – não só a
1190 Tracomal – usam o mesmo trecho e as mesmas entradas de terra. A Cemig
1191 também. Antes tinha a hidrotérmica que ia fazer as PCHs, e parece que
1192 agora não vai fazer mais, ou aquela licença perdeu a validade ou não tem
1193 tempo hábil de instalar as PCHs. Mas o fato é que tem aquele trecho, é um
1194 trecho sensível da estrada, tem o incremento do trânsito de caminhões,
1195 conversões na pista.” Conselheiro Alex Mendes Santos: “Essa é uma
1196 condicionante que foi, na época, colocada tanto para a Hidrotérmica quanto
1197 para a City Car, e também para a Tracomal. Então a Tracomal se dispôs a
1198 fazer o trevo. Na última reunião que nós tivemos, com o Ministério Público, a

1199 Supram e as empresas, todos concordaram em participar, mais há um
1200 impedimento em DER, porque nada pode ser feito sem a autorização do
1201 DER. E o DER, depois de várias solicitações, inclusive, da City Car (duas), e
1202 da Supram, a última, não dá retorno sobre isso. Então o que foi acordado é
1203 que continuaria, se retiraria esse processo, porque poderia ser impedimento
1204 para o empreendimento. Eu até estive conversando sobre isso com a
1205 empresa, e a minha proposta... O trevo está descartado porque não depende
1206 dele, o DER não dá retorno. Então a Supram assumiu esse processo de
1207 tentar essa tratativa com o DER, até que ele possa nos dar um retorno.
1208 Então essas condicionantes. A solicitação que foi feita – eu conversei com a
1209 empresa agora – foi de reforçar a sinalização nessa área. Porque tem a
1210 condicionante 27, que trata das questões de sinalização das vias, de
1211 interesse da empresa. Então o que eu vou propor como alteração de
1212 condicionante é acrescentar que nessa área seja feito um incremento de
1213 sinalização que eles acham que é tranquilamente possível.” Conselheiro
1214 Henrique Moreira de Melo Silva: “Eu gostaria de incrementar essa proposta,
1215 e até me dirigir ao nosso colega conselheiro Genilson, que é representante
1216 da Setop/DER, para que possa fazer uma gestão interna, levar essa
1217 preocupação aqui do Conselho. Eu acho que o Conselho pode até, de
1218 repente, propor uma moção ao DER para levar isso em consideração. É uma
1219 obra que não vai gerar custo para o Estado, é uma obra que vai ser feita com
1220 recursos particulares das empresas – já tem um acordo das empresas – e
1221 que precisa meramente desse acompanhamento do DER pela intervenção
1222 na estrada. Mas não vai gerar custos adicionais, não vai gerar custos para o
1223 governo. No dia 13/4/2015... Já está fazendo um ano que o ofício foi
1224 encaminhado, e não se teve resposta. Então nós estamos aqui discutindo o
1225 funcionamento de um empreendimento que impacta aquele trecho pelo
1226 incremento do tráfego. Então eu acho que o DER poderia dar essa atenção.
1227 Eu me dirijo, pessoalmente, a você como servidor da Setop/DER. E gostaria
1228 de colocar aqui para o Conselho, para os colegas, de repente, uma moção
1229 para o DER de modo a resolver, porque não tem justificativa plausível. Então
1230 para nós reforçarmos essa necessidade, porque está parado no escaninho,
1231 não tem justificativa material, e estamos convivendo com o risco aumentado
1232 naquele trecho. Então eu acho que nós podemos ver se fazemos uma moção
1233 nossa, se nós fazemos uma comunicação, se a Supram pode reiterar o ofício
1234 ou se já tem alguma outra notícia do DER falando que pode acompanhar o
1235 processo.” Rodrigo Ribas, diretor de Apoio Técnico da Supram
1236 Jequitinhonha: “Nós tínhamos discutido a posição em relação a isso. Quando
1237 foram pedidas as exclusões das condicionantes, o que nós tivemos que
1238 recusar por causa do pedido fora do prazo, nós também deixamos muito
1239 clara a nossa posição de que, no nosso entendimento, esse empreendimento
1240 é inadequado, fere o princípio da proporcionalidade. Uma empresa que entra
1241 com dois ou três caminhões num trevo não pode se responsabilizar pela

1242 segurança e por uma obra de fazer um trevo. Então nós nos posicionamos
1243 muito claramente em relação a isso, o que não quer dizer que nós não temos
1244 a preocupação com a segurança, com a necessidade de alteração daquele
1245 lugar. E aí, para reforçar a ideia do poder deste Conselho de fazer uma
1246 moção, já venceu essa história de nós comunicarmos ao DER, o DER não
1247 responder. Nós não estamos tratando aqui não é desde o ano passado, mas
1248 dos últimos quatro ou cinco anos em que o processo de comunicação é
1249 pedido. Eu acho que a moção aqui tem que ser feita no sentido de dois
1250 novos atores. O primeiro, o DER: moção do COPAM para que o DER
1251 participe. E moção ao Ministério Público de Meio Ambiente para que
1252 capitaneie, dentro do seu poder, a assinatura do termo de ajustamento de
1253 conduta dos usuários mais o DER, para que seja feita aquela entrada. Eu
1254 acho que nós não podemos ficar aqui repetindo um erro que nós já
1255 repetimos, que é o de condicionar uma empresa a fazer uma coisa que não
1256 depende dela, e então ela não consegue cumprir. Independentemente disso,
1257 o Ministério Público tem o condão de chamar os usuários que geram risco –
1258 nós não estamos discutindo risco – para fazer um termo. E as empresas já
1259 se colocaram favoráveis a isso. É bom que se diga que elas não impedem,
1260 elas só não podem fazer porque o DER não se manifesta. Se o Ministério
1261 Público chama o DER, inclusive, para assinatura de termo de ajustamento de
1262 conduta, não há necessidade mais de nós ficarmos aqui condicionando uma
1263 empresa e impedindo que ela cumpra. Porque nós impedimos que ela
1264 cumpra sempre.” Conselheiro Henrique Moreira de Melo Silva: “O Ministério
1265 Público já fez gestões nesse sentido, já articulou reuniões, inclusive, dentro
1266 da Supram, com os atores e as empresas que têm anuência. Agora, é muito
1267 comum, e nós vemos, por exemplo, bitrem transportando os blocos. Eu
1268 acredito que deve ser esse tipo de transporte também. Nós não estamos
1269 falando de dois ou três caminhões que vão incrementar, nós estamos falando
1270 de caminhões de grande porte, com velocidade reduzida num trecho crítico.
1271 Nós estamos falando de um aumento de risco real para quem transita
1272 naquele trecho. Então eu não acho que é o caso de tirar a condicionante, eu
1273 acho que há a necessidade. A empresa está lá, ela vai usar, ela vai colocar o
1274 bitrem. Eu concordo com a questão de que não depende dela, com a inércia
1275 do DER, mas essa situação não pode ficar não respondida. Não pode ficar
1276 assim: ‘O DER não se manifesta, então nós isentamos a empresa de fazer
1277 uma obra mais definitiva. Porque agora é uma obra paliativa, tendo em vista
1278 a inércia do DER. Então agora o que se tem é um paliativo. Vamos sinalizar
1279 com mais distância, distribuir melhor a sinalização. Eu ainda não vi
1280 exatamente como é que vai ser feito, se vai ser feita uma área de escape,
1281 uma pista paralela, aumentar o tipo de acostamento. Eu não sei que tipo e
1282 nem tenho especialidade para fazer esse tipo de avaliação. Agora, o risco é
1283 evidente, um risco a que todo mundo aqui está sujeito; quem transita ali.
1284 Todos nós, não só os conselheiros, mas todos os presentes nesta sala.

1285 Então nós vamos conviver com esse risco aumentado. O risco continua
1286 existindo, e é aumentado.” Rodrigo Ribas, diretor de Apoio Técnico da
1287 Supram Jequitinhonha: “O meu entendimento aqui não é que não haja risco
1288 nem que não haja necessidade. A obra paliativa depende também de uma
1289 manifestação e autorização do DER. A implantação das placas de
1290 sinalização dependerá da autorização do DER. O que eu estou dizendo são
1291 duas coisas. Primeiro, o fórum de debate não está inadequado, mas o fórum
1292 de decisão talvez não seja este. Eu estou sugerindo que o fórum de decisão
1293 seja capitaneado pelo Ministério Público, através de um termo de
1294 ajustamento de conduta, porque as nossas imposições são empresas que
1295 esbarram sempre na autorização de outro órgão. E o DER pode,
1296 simplesmente, virar e falar assim: ‘Mas aquilo lá é uma BR, portanto eu tenho
1297 que consultar o Dnit, se o Dnit vai autorizar que eu faça a obra. E aí nós
1298 temos de novo o imbróglio de a condicionante não ser cumprida. Eu estou
1299 tratando seguinte: a condicionante não reduz o risco nem garante a obra. O
1300 que eu estou dizendo é que, no meu entendimento, a garantida da obra tem
1301 que partir de outro instrumento que não a condicionante. Mas em momento
1302 algum eu disse que não há risco, que não há impacto. Até mesmo o paliativo
1303 depende de outro agente, que não está aqui e que não está sendo
1304 condicionado. Talvez então nós possamos condicionar no processo do DER.
1305 Quando o DER vier aqui apresentar seus processos de licenciamento,
1306 podemos virar para ele e falar assim: ‘Uma condicionante é fazer o trevo,
1307 pelo menos o paliativo, a entrada, a pista lateral e a sinalização. Fazer com
1308 apoio financeiro das empresas que já se colocaram dispostas a isso. Então o
1309 agente é outro, e o fórum talvez seja outro.” Presidente Aramis Mameluque
1310 Mota: “Eu estou vendo o debate. Eu acho que o DER é um órgão estadual,
1311 que tem ouvidoria, e pode ser encaminhada, inclusive, uma denúncia.
1312 Porque qualquer órgão público, nós sabemos que é obrigado a dar resposta
1313 à sociedade em qualquer aspecto, ainda mais em uma solicitação que já
1314 houve do Ministério Público. Vocês estão falando aí que está se arrastando
1315 há quatro anos esse problema. Nós temos um conselheiro aqui do DER. Se
1316 essa demanda não foi levada até o DER, eu acho que fica muito fácil fazer
1317 uma denúncia à Ouvidoria do Estado, e tenho certeza de que essa resposta
1318 vai vir com 15 ou 20 dias. Obviamente, vamos tentar concluir os debates e
1319 ver o que pode ser incluído de condicionante ou retirado, para que nós
1320 possamos caminhar, porque estamos preocupados já com o horário de
1321 término da reunião. Obviamente, é importante os debates, mas se nós
1322 pudéssemos ser o mais breve possível seria importante.” Conselheiro José
1323 Otoni Alves Campos: “Eu estou preocupado, senhor presidente. A nossa
1324 preocupação é a seguinte: nós já estamos colocando condicionantes, já
1325 estamos tirando condicionantes, sem ser votado. Ninguém sabe se vai ser
1326 aprovado. Então eu acho que deveria votar para nós podermos chegar a
1327 uma conclusão. Já sei que é de praxe, por exemplo, da promotoria pública,

1328 no caso o Henrique está representando, de omitir de votar. Então fica
1329 discutindo, discutindo, e depois se omite de votar; uma que deveria vir
1330 depois. Vamos ver se aprova. Aprovou, vamos colocar, vamos excluir, vamos
1331 ver o que nós fazemos.” Presidente Aramis Mameluque Mota: “De qualquer
1332 maneira, os debates foram bons, importantes, elucidam muito. E muitas
1333 vezes os conselheiros também não têm conhecimento de tudo. Foram bons
1334 os debates. Agora, obviamente, tem que chegar o momento de se ter mais
1335 efetivamente. Se tiver mais alguma questão de dúvida...” Conselheiro
1336 Henrique Moreira de Melo Silva: “Eu quero me manifestar ainda, porque é
1337 papel do licenciamento fazer o controle de riscos inerentes ao
1338 empreendimento, e esse é o risco do empreendimento. Eu acho que nós não
1339 podemos aprovar uma licença sem esse risco estar equacionado. É
1340 temerário.” Conselheiro Alex Mendes Santos: “Eu vou me permitir colocar
1341 porque eu sou da região lá e essas condicionantes foram até colocadas por
1342 nós, na época. O que eu vejo é o seguinte: nós chegamos a esse impasse.
1343 Realmente, tem a Tracomal, mas tem...” Conselheiro Henrique Moreira de
1344 Melo Silva: “Desculpa, Alex, as empresas já têm anuência, e o impasse se
1345 dá exclusivamente pela inércia do DER.” Conselheiro Alex Mendes Santos:
1346 “É isso que eu estou querendo dizer. Então o que nós acordamos lá foi
1347 colocar condicionante ou retirar condicionante. Porque foi colocada a
1348 condicionante para essas três empresas citadas – City Car, Hidrotérmica e
1349 Tracomal –, e elas não estão conseguindo realizar isso. Não porque elas não
1350 querem, porque o DER não se manifesta. Então o que eu acho interessante.
1351 Os riscos são reais, principalmente a City Car trafega mais que eles quando
1352 ela está operando, e com bitrem. E vêm ainda outras. Aquela área dentro de
1353 Belo Horizonte, sobe a serra, termina e vem um caminhão. Aquela lombada
1354 ali de um lado e de outro é cruzada pelos dois lados. E vale ainda atentar
1355 para o licenciamento das usinas eólicas ali, que serão 49 aerogeradores, que
1356 irão gerar também outro fluxo. Então eu acho que a sugestão do presidente
1357 da reunião é muito boa, de nós entrarmos com um processo. A Caminhos da
1358 Serra pode fazer isso. Se vocês não puderem nos dar nenhuma garantia de
1359 que isso vai andar, nós entrarmos com um processo na Ouvidoria, com essa
1360 reclamação. Pegar esses processos todos e ir lá.” Conselheiro Henrique
1361 Moreira de Melo Silva: “Mas nós não podemos desvincular um risco que é do
1362 empreendimento, que é potencializado pelo empreendimento, da licença.
1363 Nós não podemos desvincular essas coisas. É uma questão em que nós
1364 temos que nos debruçar aqui. Não tem uma resposta, estou compartilhando
1365 com vocês.” Presidente Aramis Mameluque Mota: “O superintendente aqui
1366 está se prontificando a notificar o DER, e a sugestão também do
1367 superintendente é de que a condicionante seja mantida e, obviamente, que
1368 seja executada após a anuência do DER. Então de qualquer maneira fica
1369 mantida, não tem nenhum tipo de contraponto. Assim que o DER for
1370 notificado, ele vai, obviamente, fazer um parecer, porque isso é uma

1371 necessidade, e aí vai ser feito o trevo ou uma área de manobra, como foi
1372 falado hoje de manhã; o que for mais viável lá para execução do projeto.”
1373 Superintendente Ângelo Márcio Gomes de Melo: “No meu entendimento das
1374 discussões, eu até pedi ao Aramis para fazer essa sugestão, porque também
1375 nós não podemos penalizar um empreendimento por uma coisa que não
1376 depende dele, mas nós também não podemos deixar de ter a obra lá
1377 também, que vai trazer segurança para os usuários da pista, porque não tem
1378 a anuência do DER. Então nós vamos fazer esse compromisso, a Supram
1379 faz esse compromisso de cobrar do DER, e a empresa vai fazer essa obra,
1380 de acordo com a condicionante, após a autorização do DER. Antes disso,
1381 não tem como cobrar da empresa essa condicionante. Seria isso.”
1382 Alexandre, da Tracomal: “Exatamente isso que nós tínhamos colocado. A
1383 empresa, em conjunto com as outras empresas da região, não se opõe de
1384 maneira nenhuma a fazer qualquer tipo de obra de arte ali que possa maior
1385 segurança ao tráfego. Entretanto, em sede de discussão de condicionante,
1386 nós gostaríamos que isso fosse colocado, que o início da execução não
1387 fosse um prazo de ‘x’ dias, 180 dias da licença, mas que o início disso fosse
1388 a partir da manifestação do DER, para não incorrer, novamente, em
1389 descumprimento de uma condicionante pela empresa talvez por ela não
1390 conseguir a manifestação de um terceiro. É só o ponto que nós queremos
1391 colocar, mas a empresa, junto com as outras, não se opõe em hipótese
1392 alguma.” Conselheiro Genilson Ferreira da Silva: “Senhor presidente, eu
1393 entendo que o mais conveniente realmente é a manutenção da
1394 condicionante, porém não podemos penalizar a empresa pela inércia do
1395 órgão. Correto? E é importante frisar que compete, inclusive, ao próprio
1396 órgão a definição de qual tipo de intervenção que vai ser feita ali. Então a
1397 empresa, nesse ponto, fica de mãos atadas enquanto não houver uma
1398 manifestação do órgão, inclusive na fixação das sinalizações horizontais e
1399 verticais. Tudo depende da autorização do DER, do órgão – DER ou Dnit.
1400 Então a sugestão deste conselheiro é a manutenção da condicionante, com
1401 a alteração do texto para execução após a aprovação do órgão.” Presidente
1402 Aramis Mameluque Mota: “Eu acho que fica um consenso dessa maneira.”
1403 Conselheiro Henrique Moreira de Melo Silva: “Eu ainda tenho algum
1404 questionamento no sentido de que eu não estou completamente esclarecido
1405 da solução. Se as duas questões, se as duas soluções propostas dependem
1406 da manifestação, seja sinalização, seja a obra de maior porte dependem da
1407 manifestação do DER, significa que não se pode sequer colocar sinalização
1408 antes disso. Ou seja, o esforço do DER é praticamente o mesmo, de análise.
1409 A minha preocupação é que a licença tem um prazo de validade de quatro
1410 anos e que a manifestação do DER demore três anos. E aí mais um ano de
1411 confecção de construção da estrutura, e o empreendimento já acabou. E
1412 paralelo a isso nós convivemos quatro anos, para ficar só no risco, para não
1413 chegar ao extremo de algum acidente; é uma condicionante sem efetividade

1414 nenhuma. E aí o risco, de fato, não está controlado. Então esse é o meu
1415 debate.” Superintendente Ângelo Márcio Gomes de Melo: “Nesse sentido e
1416 vendo a gravidade da situação, muita gente transita nas estradas, essa é a
1417 ligação de praticamente o Jequitinhonha inteiro a Belo Horizonte; não é só o
1418 pessoal aqui da região. Eu vou me prontificar a tentar marcar reunião com o
1419 diretor do DER de Diamantina, de imediato, talvez para esta semana ainda.
1420 Pedir que ele se empenhe nessa anuência para o órgão, para nós ou para a
1421 empresa. E eu acho que tem que se estabelecer também um prazo após a
1422 manifestação do órgão para confecção dessas obras.” Presidente Aramis
1423 Mameluque Mota: “Diante das considerações, podemos colocar o processo
1424 em votação e depois colocar a condicionante? Processo administrativo para
1425 exame de Licença de Operação para Pesquisa. Tracomal Norte Granitos
1426 Ltda. Os conselheiros que concordem com a aprovação da licença
1427 permaneçam como se encontram. Abstenção do Ministério Público. Licença
1428 aprovada.” Conselheira Denise Bernardes Couto: “Senhor presidente, eu
1429 quero deixar clara só uma questão: a Fiemg é favorável ao processo, está
1430 votando favorável ao processo, mas, só porque vai entrar agora na fase das
1431 condicionantes, eu ainda tenho dúvidas, até mesmo por um posicionamento
1432 da Fiemg. Quanto à condicionante nº 6, a Fiemg quer se abster. Quanto ao
1433 processo e a licença, a Fiemg vota pela aprovação.” Presidente Aramis
1434 Mameluque Mota: “Rodrigo, quais condicionantes estão previstas para
1435 inclusão?” Rodrigo Ribas, diretor de Apoio Técnico da Supram
1436 Jequitinhonha: “Na verdade, nós não recebemos nenhuma proposta,
1437 antecipadamente, de inclusão. Durante o debate, o Alex apresentou aqui a
1438 proposta de inclusão – até agora que eu percebi – de três condicionantes.
1439 Inclusão de duas, que são aquelas que vieram do processo arquivado. Não é
1440 manutenção, Alex, porque aquele processo não existe. Então é inclusão
1441 daquelas. São os conselheiros que vão fazer a apresentação. O Alex eu sei
1442 que tem algumas considerações a fazer.” Presidente Aramis Mameluque
1443 Mota: “Na condicionante do trevo vai ser alterado o texto? Então já pode
1444 redigir também.” Rodrigo Ribas, diretor de Apoio Técnico da Supram
1445 Jequitinhonha: “A condicionante do trevo, na verdade, vai ser inserida. Não
1446 existe no processo administrativo que acabou de ser votado uma
1447 condicionante que estabelecesse a necessidade de se fazer trevo,
1448 sinalização, pista lateral, qualquer que fosse a obra para aquela entrada,
1449 uma vez que a posição nossa, que nós apresentamos aqui, é de que a
1450 competência para fazer isso é do DER e não de uma empresa. Então uma
1451 vez que este Conselho discutiu e optou por manter a responsabilidade da
1452 empresa, há que haver a inclusão de uma condicionante com essa notícia.”
1453 Presidente Aramis Mameluque Mota: “Ok. Quem vai redigir essa
1454 condicionante? Já foi definido que vai ser...” Conselheiro Alex Mendes
1455 Santos: “Das condicionantes que foram propostas, seria no caso da 18: ‘O
1456 empreendedor deverá regularizar a atividade de britamento de pedras para

1457 construção...’ Era alteração de prazo, porque era durante a vigência da LOP.
1458 Ela está condicionada à anuência do DNPM. Então seria alteração, conforme
1459 foi discutido com a empresa: em vez de ‘durante a vigência da LOP’, ‘em 12
1460 meses’. Seria a alteração do prazo. Então a empresa concorda. ‘O
1461 empreendedor deverá regularizar a atividade de britamento de pedras para
1462 construção, inclusive mármore, granito, ardósia e outras pedras, junto ao
1463 DNPM, e informar à Supram Jequitinhonha o período de realização de testes
1464 de britagem, bem como apresentar os resultados. Aí seria prazo de 12
1465 meses.” Alexandre, da Tracomal: “O empreendedor concorda com a
1466 alteração do prazo da condicionante.” Presidente Aramis Mameluque Mota:
1467 “Então condicionante em votação. Os conselheiros que concordem com a
1468 inclusão da condicionante lida pelo conselheiro Alex – alteração do prazo
1469 para 12 meses – permaneçam como se encontram. Condicionante
1470 aprovada.” Conselheiro Alex Mendes Santos: “A 27 seria a sinalização que
1471 nós comentamos, mas, como vai ser discutida a outra parte, eu estou
1472 retirando essa questão da sinalização. Aí seria então a discussão da
1473 recondução das condicionantes do processo anterior. Uma seria a 19, que
1474 era ‘continuidade do programa de priorização de mão de obra local e de
1475 fornecedores locais, considerando as adequações solicitadas no presente
1476 parecer...’ Mas na verdade é continuidade do programa que eles têm de
1477 priorização de mão de obra local e de fornecedores locais. A vigência é
1478 durante a...”. Presidente Aramis Mameluque Mota: “A renovação da licença.
1479 Está de acordo também. Inclusão de condicionante pelo conselheiro Alex,
1480 lida. Conselheiros que concordem com a inclusão da condicionante
1481 permaneçam como se encontram. Condicionante aprovada.” Conselheiro
1482 Alex Mendes Santos: “A outra seria a 28 do processo anterior, que era
1483 apresentação de rejeitos, mas isso já foi discutido e já está até num processo
1484 mais evoluído. Então eu estou retirando, porque eu já comentei sobre essa.
1485 A 30 é que eles já fazem, têm um estudo, mas não foi contemplado nesse
1486 estudo agora. Então é manter a condicionante 30, incluir uma condicionante.
1487 Para os técnicos, ela era a 30 da licença anterior, que é ‘apresentar relatório
1488 de minimização de impacto quanto à exposição de rocha de coloração
1489 contrastante com o ambiente local’. O que é isso? Eu não sei se vocês viram
1490 o relatório. Quando se corta a rocha, vão ficar aquelas bancadas ou então
1491 vai ficar um painel direto; e ele é branco. No Espinhaço, normalmente, é
1492 cinza puxado para preto. Então eles estão desenvolvendo e fazendo um
1493 trabalho, que precisa ter continuidade, que é o de recuperação pelo menos
1494 da coloração desse processo, por causa do impacto visual que ele tem na
1495 região, que é uma região turística, uma região de proteção, dentro de uma
1496 área de proteção ambiental. Então a ideia é a continuidade desse processo.”
1497 Presidente Aramis Mameluque Mota: “O empreendedor está de acordo?”
1498 Alexandre, da Tracomal: “Senhor presidente, só para poder demonstrar o
1499 que é esse trabalho, é um trabalho de minimização de impactos. É uma área

1500 já em recuperação pela empresa. Já pode passar para a última foto, por
1501 gentileza, que já tem ali a área quase recuperada. A nossa única ressalva é
1502 que isso só pode ser feito a partir da recuperação. Então o prazo da
1503 condicionante é que durante a operação do empreendimento não temos
1504 como fazer porque são ações dentro do programa de recuperação da frente
1505 de lavra, do fechamento de mina. Então nós concordamos, não tem
1506 problema, nós apresentamos os relatórios semestrais a partir do início das
1507 atividades de recuperação das áreas. Porque, se for uma condicionante
1508 semestral, por exemplo, durante muito tempo pode ser que nós não
1509 apresentemos relatório porque estejamos ainda efetivamente em operação, e
1510 não podemos ir recuperando a área que estamos operando. Ficou entendido,
1511 senhor presidente?” Presidente Aramis Mameluque Mota: “Ok. Então pode
1512 manter como está? Tem mais alguma condicionante a ser incluída?”
1513 Alexandre, da Tracomal: “Só a questão do prazo: ‘a partir da recuperação’.”
1514 Presidente Aramis Mameluque Mota: “Então o processo foi aprovado, e as
1515 condicionantes do conselheiro Alex já foram incluídas, já foram votadas
1516 também.” Rodrigo Ribas, diretor de Apoio Técnico da Supram Jequitinhonha:
1517 “Só tem mais uma condicionante a ser incluída: ‘Construção da obra de
1518 acesso e/ou sinalização da BR-259, de acordo com a orientação do DER.
1519 Prazo: um ano após manifestação do DER. O prazo é até um ano após,
1520 porque nós não sabemos ainda qual vai ser a obra que vai ser indicada pelo
1521 DER. O DER pode exigir um trevo com obra de arte, com asfalto. Nós ainda
1522 não sabemos. A conclusão dela é um ano após. A execução é até um ano
1523 após a manifestação do DER. Eventualmente, se o cronograma de obra
1524 necessitar de ampliação do prazo, nós vamos discutir essa ampliação do
1525 prazo no momento em que o DER se manifestar. Se for só uma entrada, uma
1526 sinalização, uma coisa rapidinha, o prazo vai ser reduzido.” Conselheiros que
1527 concordam com a inclusão da condicionante lida pelo diretor Rodrigo
1528 permaneçam como se encontram. Condicionante aprovada por
1529 unanimidade.” Alexandre, da Tracomal: “Senhor presidente, senhores
1530 conselheiros, dentro do mesmo caminho da condicionante inserida, nós
1531 queríamos solicitar alteração da condicionante 27, no prazo: ‘Apresentar
1532 ações voltadas para atender os possíveis acidentes com veículos, que
1533 deverão conter medidas educativas para capacitação de funcionários,
1534 prestadores de serviços e medidas preventivas sobre o controle de
1535 velocidade, horário de tráfego, sinalização e manutenção dos acessos de
1536 responsabilidade do empreendedor’. O prazo está ‘60 dias após a aprovação
1537 da LOP’. Como existem ações, como sinalização, que dependem também da
1538 manifestação do DER, que seja ‘60 dias após a manifestação do DER’.
1539 Condicionante 27.” Conselheiro Alex Mendes Santos: “Mas essas são de
1540 acesso interno.” Alexandre, da Tracomal: “Se o entendimento é de acesso
1541 interno, por nós então ok.” Presidente Aramis Mameluque Mota: “Ok.” **6)**
1542 **ENCERRAMENTO.** Presidente Aramis Mameluque Mota: “Então, não tendo

1543 mais nada a tratar, declaro encerrada a 98ª reunião, extraordinária, da
1544 Unidade Regional Colegiada Jequitinhonha do Conselho Estadual de Política
1545 Ambiental. Eu queria agradecer a todos os conselheiros, a paciência de
1546 todos, aos participantes. Muito obrigado e até a próxima. Bom dia a todos.”

1547

1548

APROVAÇÃO DA TRANSCRIÇÃO

1549

1550

1551

1552

Presidente Aramis Mameluque Mota